MERCADO DE FUMO

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 9 N.º 1 JANEIRO DE 1985

BIBLIOTECA KARL A. BOUDÉCKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

PERIÓDICOS

IMPRESSO

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro (Chefe do CEA/IBRE/FGV)

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer (preços), Bruno Marcus Rangel Pessanha (supervisão de pesquisa e pecuária), Fernando Roberto de Freitas Almeida (editoração, arroz e feijão), Francisco Antonio da Fonseca Menezes (cana-de-açúcar e álcool), Iracema Bouzas Pessôa (algodão, laranja e olericultura), Irene Raguenet Troccoli (milho, avicultura e suinocultura), Leila Tendrih de Freitas Almeida (oleaginosas e trigo), Maria José Cyhlar Monteiro (legislação) e Regis Norberto da Cunha Alimandro (cacau e café).

Estatística: Lúcio Junqueira Campos, Mário Sachs Rabello e Oraide Terezinha Novaes (preços ao nível do produtor).

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego (bibliotecária) e Maria Célia Ávila Bezerra.

Auxiliar de Editoração: Luizete Adelaide da Pena de Sousa.

Composição: Damião Roberto Mattos Pinheiro.

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda (Tels. PABX 224-7732 – 231-3213)

É permitida a reprodução total ou parcial do Agroanalysis, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977
mensal CDU 631(05)

Rua da Candelária, 6
Fone : 233-6040
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.091 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

NOTA DA EDIÇÃO

BIBLIOTECA K-RL A. BO
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

PERIÓDICOS

Acontecimentos de cunho político receberam grandes atenções no ano que passou. Não fosse a difícil situação da economia brasileira e teriam praticamente monopolizado todos os espaços nos diversos veículos de comunicação.

Nos Estados Unidos da América, se a reeleição do presidente representou a permanência de uma certa ansiedade quanto a aspectos de política internacional, também significou a manutenção do conjunto de políticas genericamente denominado **"Reaganomics"**, *que tem sido centro de acirrada controvérsia. Caso repita, na atual gestão, seu relativo êxito, no que se refere à recuperação da economia norte-americana, via ingresso de capitais externos, não deixará de influenciar substancialmente outros países, à semelhança do ocorrido no passado.*

Também no Brasil, ocorreu o desfecho do processo de sucessão presidencial. Os problemas de ordem econômico-financeira existentes em 1984, porém, ainda não tiveram fim e prometem estender-se no futuro próximo. Dentro de alguns meses, novas propostas serão apresentadas, com o objetivo de eliminar as distorções e os dilemas que prejudicam a retomada do crescimento.

Em 1984, a meta estabelecida para o desempenho das contas externas brasileiras pôde ser ultrapassada em razão da confluência dos esforços internos e da melhoria do nível da atividade econômica nos países desenvolvidos, principalmente nos **EUA.** *Há que se destacar, porém, as dificuldades derivadas da orientação do governo Reagan, que afeta as taxas de juros internacionais e erode o poder de compra das moedas européias.*

Dados da **Cacex** *mostram que, no Brasil, o Setor Secundário foi grandemente beneficiado com o estabelecimento da "prioridade" às exportações, como compensação do retraimento do mercado interno. O valor das vendas externas de produtos industrializados aumentou 33% de janeiro a outubro, em comparação com o mesmo período do ano anterior. O grupo dos produtos* **semimanufaturados** *arrecadou mais 65%, destacando-se o óleo de soja bruto (+ 327%). Entre os produtos* **manufaturados,** *chamam a atenção os ganhos com o suco de laranja, 133% maiores do que nos dez primeiros meses de 1983. As exportações de produtos primários renderam, concomitantemente, apenas 4,8% a mais e sua participação no valor das exportações brasileiras caiu de 39,6% para 33,5%.*

No que se refere às estimativas do desempenho da economia brasileira no ano passado, embora haja algumas divergências, tem-se como certo um crescimento notável de alguns segmentos da indústria (mecânico, metalúrgico e químico).

Neste novo ano, a conjugação de fatores internos e externos, tanto nos domínios da política, quanto da economia, poderá produzir resultados distintos dos obtidos em 1984, mas não se pode, ainda, vislumbrar grandes mudanças, devido aos compromissos anteriormente assumidos e ao peso da dívida externa.

Uma atenção maior à produção de alimentos para o abastecimento interno, por ser compromisso recente, reduz-se, por enquanto, a apenas mais um tópico num extenso rol de expectativas.

SUMÁRIO

MERCADO DE FUMO 2

PRODUTOS ANIMAIS E DERIVADOS
- Pecuária de Leite 15

PRODUTOS VEGETAIS
- Batata-inglesa 17

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 21

AGROANALYSIS – ASSUNTOS ABORDADOS EM 1984 24

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS
- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

MERCADO DE FUMO

LOCALIZADA EM PEQUENAS ÁREAS, A LAVOURA DE FUMO NO BRASIL POSSUI CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS. NO SUL, CULTIVA-SE O FUMO CLARO E NO NORDESTE, O ESCURÓ. NO MERCADO INTERNO, AS VENDAS DE CIGARRO VÊM SOFRENDO RETRAÇÃO NOS ÚLTIMOS ANOS, DEVIDO À CRISE ECONÔMICA. POR OUTRO LADO, O AUMENTO DAS SAFRAS DOS PAÍSES DO TERCEIRO MUNDO TEM PROPORCIONADO UMA EXPANSÃO DA PRODUÇÃO MUNDIAL. JÁ O COMÉRCIO INTERNACIONAL TEM DECLINADO, EM FUNÇÃO DO ESTOQUE EXCESSIVO E DA ESTAGNAÇÃO DO CONSUMO EM PAÍSES INDUSTRIALIZADOS.

A produção no Brasil

Mais de 90% do fumo produzido no país são plantados nos estados sulinos e, ainda, em Alagoas e Bahia. Os estados do Sul cultivam os chamados **fumos claros**, destinados ao fabrico de cigarros e os do Nordeste, o **fumo escuro**, próprio para charutos, cigarrilhas e fumo de corda.

No Brasil, a demanda por **fumos escuros** nunca foi muito intensa, exceto para exportação, o que, sem dúvida, é um dos fatores que explicam a pequena participação dos estados nordestinos na produção total, a qual, aliás, tem declinado nos últimos anos. No início dos anos 70, Alagoas e Bahia eram responsáveis por cerca de 20% da colheita brasileira, que oscilava em torno de 250 mil t anuais. Nos anos 80, a safra total alcançou cerca de 400 mil t por ano e os estados do Nordeste não acompanharam o ritmo de expansão. A produção desta região cresceu, mas a uma taxa média bastante inferior à do Sul. Em conseqüência, as participações alagoana e baiana no total decresceram, ano após ano, até atingir cerca de 12%, em 1984. Por outro lado, a produção conjunta de fumo do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina mais do que dobrou entre 1970 e 1984. Na última colheita, a soma dos dois estados atingiu cerca de 76% da produção brasileira (ver Quadro 01).



Características regionais da lavoura

A despeito da disparidade entre as taxas de crescimento das produções sulina e nordestina, o produtor de fumo enfrenta alguns problemas comuns em ambas as regiões. Como exemplos, citam-se a forte dependência da qualidade do produto final aos tratos culturais constantes e intensos e os sérios obstáculos à mecanização. Em conseqüência, tanto no Nordeste quanto no Sul do país, a produção tende a se localizar em áreas de propriedades relativamente pequenas, onde geralmente as relações trabalho/terra e trabalho/capital são mais elevadas, permitindo o emprego de toda a família em uma área de cultivo de dimensões reduzidas.

Segundo os dados do **Censo Agropecuário** de 1980, cerca de 95,6% da produção brasileira advieram de estabelecimentos de até 10 ha. Nos cinco principais estados produtores, a participação relativa da produção dos estabelecimentos de até 10 ha é equivalente ou até superior à proporção com que participam na produção total do país. É o caso do Paraná, onde 99% da produção provêm de estabelecimentos de até 10 ha. A única exceção é Alagoas, onde os estabelecimentos de até 10 ha fornecem 69% da produção estadual (ver Quadro 02).

Constata-se, no mesmo Quadro, que, em todos os estados considerados, a maior concentração de produção ocorre nos estabelecimentos de 2 a 5 ha. No Paraná, os estabelecimentos de 1 a 2 ha e de 2 a 5 ha apresentaram produções equivalentes. A exceção, neste caso, ficou por conta da Bahia, onde os estabelecimentos de até 1 ha são responsáveis por 57,4% da produção estadual. Essa característica de distribuição das lavouras de fumo por estrato de propriedades, naturalmente, dificultou a estimativa da área média de cada estabelecimento destinada à produção de fumo nos principais estados produtores (ver Quadro 03). Na Bahia, a área média de cultivo do fumo nos estabelecimentos fumicultores, da ordem de 0,6 ha, é a menor do Brasil. Observe-se que, mesmo em Alagoas, onde a área média cultivada nos estabelecimentos produtores de fumo (2,6 ha) supera à dos demais

QUADRO 01 – BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS DAS REGIÕES SUL E NORDESTE – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO E DO RENDIMENTO FÍSICO MÉDIO DO FUMO[1] – 1970 A 1984

ANO	SUL (RS e SC)			NORDESTE (BA e AL)			BRASIL
	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)	Índice de produtividade 1970 = 100	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)	Índice de Produtividade 1970 = 100	Produção (t)
1970	149.858 (61,41)	1.238	100,0	43.156 (17,68)	801	100,0	244.000
1971	151.206 (61,92)	1.242	100,3	42.850 (17,54)	747	93,2	244.172
1972	155.168 (58,96)	1.297	104,8	48.989 (18,61)	752	93,9	263.168
1973	129.840 (55,57)	1.215	98,1	51.989 (22,25)	740	92,4	233.621
1974	188.561 (61,84)	1.600	129,2	57.021 (18,70)	817	102,0	304.895
1975	176.292 (61,39)	1.398	112,9	49.482 (17,23)	680	84,9	287.121
1976	205.707 (68,89)	1.234	99,8	45.927 (15,38)	903	112,7	298.563
1977	249.471 (68,00)	1.330	107,4	58.407 (15,92)	776	96,9	366.827
1978	270.799 (66,16)	1.392	112,4	78.954 (19,29)	967	120,7	409.259
1979	282.876 (67,08)	1.539	124,3	68.784 (16,31)	820	102,4	421.708
1980	276.488 (68,29)	1.495	127,5	64.478 (15,92)	812	101,4	404.860
1981	238.251 (65,14)	1.482	119,7	73.484 (20,09)	796	99,4	365.738
1982	284.969 (67,80)	1.678	135,5	85.836 (20,42)	844	105,4	420.329
1983	288.219 (72,87)	1.455	117,5	60.366 (15,26)	805	100,5	395.485
1984[2]	314.521 (75,84)	1.644	132,8	49.408 (11,91)	917	114,5	414.733

FONTE – IBGE e Minagri – Suplan.

[1] **Entre parênteses, a participação percentual das produções regionais no total do Brasil.**

[2] **Estimativa do mês de setembro/84.**

estados, é ainda assim bem menor, quando comparada às dos estabelecimentos destinados a outras culturas.

O cultivo simples (**solteiro**) predomina em quase todos os estados (ver Quadro 03). Novamente, a exceção é Alagoas, onde o cultivo de fumo está, muitas vezes, associado a outras culturas, principalmente algodão ou feijão de corda. Os especialistas não recomendam a consorciação do fumo, por trazer prejuízos à qualidade do produto final. Somente após a colheita do fumo é que se aconselham outros cultivos, principalmente de produtos de subsistência. No caso de Alagoas, segundo a **Emater** local, o produtor costuma fazer uma

QUADRO 02 – BRASIL E PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES – ÁREA E PRODUÇÃO DE FUMO SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA – 1980

	BRASIL		ALAGOAS		BAHIA		PARANÁ		SANTA CATARINA		RIO GRANDE DO SUL	
	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção
Até 10 ha	94,0	95,6	65,9	68,7	95,0	95,3	98,6	99,1	97,1	97,8	97,8	98,2
Até 1 ha	8,7	6,4	9,1	9,4	55,5	57,4	9,5	10,3	2,2	2,2	1,7	2,0
De 1 a menos de 2 ha	17,4	18,4	14,9	16,1	20,1	21,1	40,5	43,6	13,7	13,8	16,2	17,7
De 2 a menos de 5 ha	54,7	58,0	25,0	26,0	15,4	13,7	43,4	40,6	64,2	65,9	67,6	67,1
De 5 a menos de 10 ha	13,2	12,8	16,9	17,2	4,0	3,1	5,2	4,6	17,0	15,9	12,3	11,4
Até 100 ha	99,5	99,8	95,4	96,9	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
De 10 a menos de 20 ha	3,1	2,5	12,9	12,8	2,3	1,9	0,7	0,6	2,2	1,7	1,8	1,6
De 20 a menos de 50 ha	1,8	1,2	11,2	9,8	1,8	1,9	0,7	0,3	0,7	0,5	0,4	0,2
De 50 a menos de 100 ha	0,6	0,5	5,4	5,6	0,9	0,9	0	0	0	0	0	0
100 ha a mais	0,5	0,2	4,6	3,1	0	0	0	0	0	0	0	0

FONTE – Censo Demográfico de 1980.

semiconsorciação. Neste caso, o plantio ocorreria somente quando o fumo estivesse prestes a ser colhido.

Outro traço comum à fumicultura praticada no Sul e no Nordeste é a mínima interferência do governo federal na produção. Sem dúvida, tem sido modesta a contribuição estatal no que diz respeito ao desenvolvimento de variedades e à assistência técnica ao produtor rural. Na área da comercialização, os órgãos estatais vêm, também, furtando-se a uma atuação mais efetiva. Há alguns anos, a **Comissão de Financiamento da Produção** foi consultada sobre a possibilidade de incluir o fumo na **Política de Preços Mínimos de Garantia.** A solicitação não foi atendida porque o fumo curado pelo produtor é facilmente perecível, não preenchendo os requisitos de armazenagem, de acordo com os padrões da **CFP.**

A dicotomia regional da lavoura

Diversos fatores explicam a disparidade entre as taxas de crescimento da produção dos estados do Sul e do Nordeste. Um dos principais, sem dúvida, é a relativa estagnação da procura interna por **fumos escuros.**

O consumo de **fumo de corda** tende, naturalmente, a se reduzir em proporção inversa ao aumento da renda interna e à expansão urbano-industrial. Além disso, a modernização dos costumes, provocada pela presença, cada vez maior, dos meios de comunicação de massa, induz a substituição do **fumo de corda** por formas mais sofisticadas do produto, tanto na apresentação como no teor qualitativo.

A demanda internacional por fumo baiano para a produção de charutos ainda é a principal mola propulsora da produção regional. Contudo, o mercado mundial de charutos é muito reduzido, quando comparado ao de cigarros. Mais graves ainda são as expectativas nada otimistas quanto à expansão futura do consumo de charutos.

Por outro lado, as exportações brasileiras de fumo em folha dos estados do Sul apresentaram um desempenho bastante satisfatório, nos últimos anos, e o consumo de cigar-

QUADRO 03 – BRASIL E PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES – ÁREA MÉDIA CULTIVADA POR ESTABELECIMENTO E TIPO DE CULTIVO DO FUMO – 1980

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA MÉDIA	TIPO DE CULTIVO		
	Área/informante (ha)	Simples (%)	Associado (%)	Outros Cultivos (%)
Alagoas	2,6	29,5	67,7	2,8
Bahia	0,6	83,8	14,6	1,5
Paraná	1,5	95,7	2,8	1,5
Santa Catarina	2,4	98,0	1,4	0,6
Rio Grande do Sul	2,2	97,8	1,2	1,0
BRASIL	1,8	90,2	8,3	1,5

FONTE – Censo Agropecuário de 1980.

ros, no Brasil, expandiu-se até fins da última década. Nos anos 80, a recessão da economia provocou significativa redução no consumo de cigarros.

Assim, se o mercado de **fumos escuros** não dispõe de condições favoráveis para a sua expansão, o mercado brasileiro de cigarros, embora conjunturalmente em retração, continua promissor. Por esse motivo, três das maiores empresas internacionais de cigarros (a **Philip Morris Incorporated**, a **R.J. Reynolds Industries** e a **Cia. Souza Cruz**, controlada pela **British American Tobacco**) vêm travando, nos últimos anos, intensa disputa por fatias do mercado brasileiro de cigarros.

A perspectiva de crescimento e a própria disputa por parcelas crescentes do mercado são fatores que justificam a atuação das empresas junto ao produtor rural. Na região Sul, essas três maiores empresas e outras menores, que se dedicam, principalmente, à exportação de fumo em folha, vêm, de há muito, prestando serviços à fumicultura, atribuições essas que, em relação a outras culturas, são normalmente de responsabilidade estatal. As empresas assistem o produtor em quase todas as suas necessidades: pesquisam variedades, fornecem mudas, defensivos, adubos, viabilizam o acesso ao sistema de crédito rural e fazem o trabalho de extensão rural. Em contrapartida, detêm enorme controle sobre a produção fumícola. O trabalho de assistência técnica e o fornecimento de mudas asseguram às empresas um suprimento de matéria-prima adequado a seus planos de atuação, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade do fumo.

Nos estados do Nordeste, principalmente na Bahia, algumas poucas empresas conseguem copiar, ainda que toscamente, o esquema de controle da produção empreendido no Sul. Vários fatores dificultam uma ação mais ampla e eficiente na região. Em primeiro lugar, a perspectiva de expansão do mercado e a própria dimensão das empresas nordestinas determinaram um limite mais estreito para a realização de gastos junto ao produtor rural. Existem, ainda, dificuldades decorrentes da própria estrutura física da produção regional. Na Bahia, por exemplo, a dispersão espacial da produção de fumo e o tamanho reduzido nos estabelecimentos rurais dificultam o controle das empresas e permitem a ação de intermediários, o que, no final, repercute na depreciação qualitativa do fumo produzido.

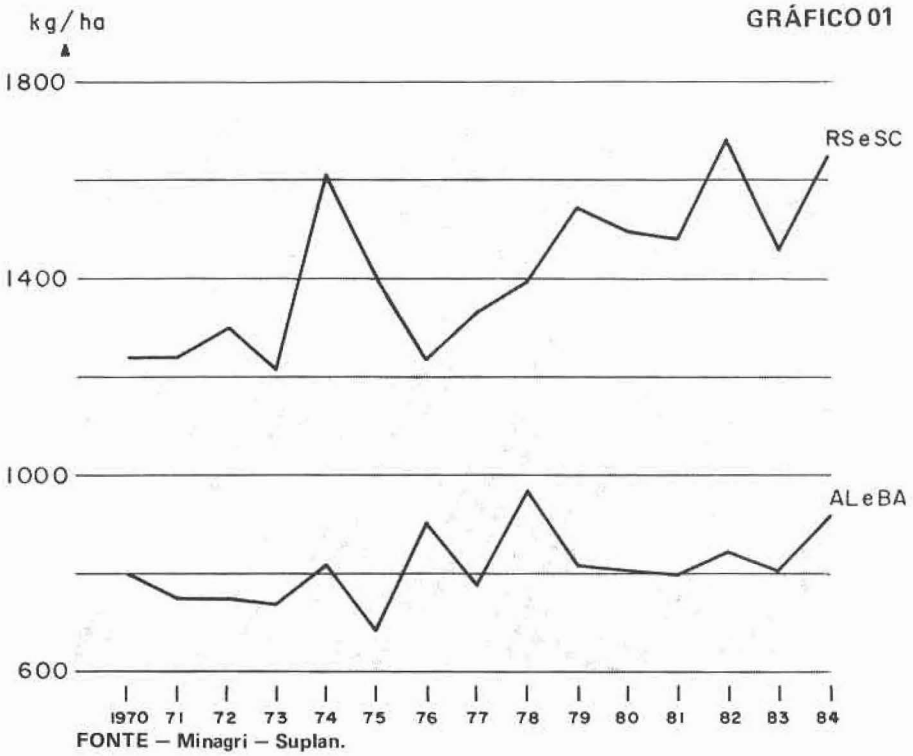
São, pois, inúmeras as razões que impedem uma ação mais efetiva das empresas do Nordeste. Essa menor efetividade reflete-se também sobre a evolução dos índices de produtividade agrícola. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, a produtividade média situava-se pouco acima de 1.200 kg/ha, no início dos anos 70, saltando para 1.500 a 1.600 kg/ha, nos anos 80. Na Bahia e em Alagoas, o rendimento físico, além de inferior ao dos estados sulinos, é bastante errático, oscilando, no período, entre 700 e 1.000 kg/ha (ver Gráfico 01).

Não fosse a preponderância do poder das empresas, em relação ao dos fumicultores, que naturalmente afeta a remuneração do agricultor, a quase total omissão do Estado passaria despercebida, ao menos nos estados do Sul, hipótese em que, no mínimo, lhe pouparia críticas (no plano ético, é verdade) por estimular uma cultura cujo consumo dos produtos finais provoca sérios malefícios à saúde da população. No caso do Nordeste, porém, não sendo a ausência da atuação governamental suprida adequadamente pelas empresas, a produção regional de fumo, tanto em quantidade como em qualidade, vem declinando ano após ano. Uma das conseqüências é a diminuição das exportações de fumo da Bahia, no passado, orgulhosamente, intitulado **fumo Brasil-Bahia de alta qualidade.**

No que diz respeito às exportações de outros fumos, o aumento do pro-

FUMO — EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA MÉDIA NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA E DE ALAGOAS E BAHIA 1970–84

GRÁFICO 01



FONTE — Minagri — Suplan.

tecionismo norte-americano deverá prejudicar as vendas do Brasil, tendo em vista ser aquele país o principal importador, absorvendo cerca de 30% do fumo em folha exportado. O segundo mercado é a **CEE**, onde se destacam o **Reino Unido** e a **Alemanha Ocidental**. Em razão do protecionismo, as vendas brasileiras de fumo em folha não deverão, pois, manter as mesmas taxas elevadas de crescimento verificadas na última década. Além disso, a expansão das vendas é dificultada pela estabilização do consumo nos principais países desenvolvidos. Neste contexto, a produção de fumo no Brasil não deverá, também, apresentar significativas alterações, sendo que a produção de **fumos escuros** na região Nordeste tende a se contrair, em virtude do seu mercado consumidor.

QUADRO 04– BRASIL – MERCADO DE CIGARROS – EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE VENDIDA PELOS FABRICANTES – 1971–83

ANO	QUANTIDADE (bilhões de cigarros)
1971	78,8
1972	82,7
1973	89,7
1974	100,0
1975	109,3
1976	117,2
1977	125,5
1978	137,2
1979	137,4
1980	142,7
1981	134,9
1982	132,3
1983	129,2

FONTE – Abifumo.

O mercado brasileiro de cigarros

Entre 1971 e 1980, a venda de cigarros no mercado brasileiro cresceu a uma taxa de 7,4% ao ano. No mesmo período, a produção brasileira de fumo aumentou 7,3% ao ano. Considerando-se apenas Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os principais estados produtores de fumo para cigarros, a taxa média de crescimento da produção fumícola eleva-se para 9,4% ao ano.

As taxas de crescimento relativamente elevadas, observadas no país, indicam o vigor do mercado de cigarros e a capacidade de resposta do produtor de fumo aos estímulos originários da demanda crescente.

Nos anos 80, as vendas de cigarros tiveram forte retração, abaladas pelos efeitos da crise econômica, pelo aumento da carga tributária e pelo achatamento do poder de compra da população. Entre 1980, ano de pico das vendas, e 1983, o consumo de cigarros reduziu-se em 9,5%, isto é, cerca de 13,5 bilhões de cigarros (ver Quadro 04).

Deve-se lembrar, no entanto, que a retração foi compensada, ainda que parcialmente, pelo aumento das exportações de fumo (ver Quadro 05). Nos anos 70, a quantidade exportada quase triplicou, tendo sido ainda melhor o desempenho da receita cambial, que passou de US$ 55 milhões, em 1970, para US$ 295 milhões, dez anos depois, tendo em vista o aumento do preço médio por unidade exportada. Nos anos 80, quando o mercado interno se contraiu, as vendas ao exterior continuaram aumentando, ainda que modestamente. Para 1984, as expectativas são de que tanto a quantidade vendida, quanto a receita cambial superem os resultados do ano anterior.

O comportamento do mercado interno durante os anos 70 e a perspectiva de retomada do crescimento das vendas, já em 1985, permitem supor que o mercado brasileiro continuará sendo um dos mais promissores do mundo, reunindo condições extremamente vantajosas à atuação das indústrias. Aliás, caso se configure essa retomada de crescimento do mercado, ficará confirmado o acerto da análise feita pelas principais empresas internacionais de cigarros em meados da

QUADRO 05 – BRASIL – EXPORTAÇÕES DE FUMO – 1970–84

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR (US$ 1.000 FOB)	PREÇO MÉDIO[1] (US$/t)
1970	53.539	54.995	1.027,2
1971	60.181	62.392	1.036,7
1972	63.218	76.079	1.203,4
1973	65.588	83.874	1.278,8
1974	91.442	119.442	1.306,2
1975	98.158	157.712	1.606,7
1976	101.086	170.698	1.688,6
1977	101.213	186.296	1.840,6
1978	119.369	249.320	2.088,6
1979	141.594	296.476	2.093,8
1980	144.758	295.265	2.039,7
1981	149.949	368.663	2.458,6
1982	166.909	476.925	2.857,4
1983	155.258	467.924	3.013,8
1984[1]	130.850	380.998	2.911,7

FONTE – Cacex e Abifumo.
[1] Exportação de fumo em folha no período janeiro–outubro/84.

década passada.

Do lado da demanda da matéria-prima, a posição das indústrias é claramente oligopsônica. Um número reduzido de empresas reparte entre si a compra do fumo produzido por milhares de agricultores, via de regra de pequeno porte e com um nível de organização associativa bastante precário. Neste ponto, cabe lembrar novamente, a ação governamental junto ao fumicultor é bastante tímida. Além disso, o controle quase absoluto sobre a produção rural, exercido pelas empresas, assegura-lhes vantagens consideráveis como, por exemplo, o poder de adequar, em prazo relativamente curto, os padrões de qualidade do fumo produzido às novas tendências do mercado do produto final aos planos definidos por cada empresa. Ressalte-se, também, que a lucratividade média da exploração de fumo no país, mormente aquela praticada por pequenos agricultores, é reduzida, quando comparada a padrões internacionais.

O mercado brasileiro de cigarros possui todas as pré-condições para que volte a expandir-se em ritmo acelerado nos próximos anos.

A demanda por cigarros é função, em grande medida, da composição etária e da taxa de crescimento da população, além, é claro, dos fatores como o nível de renda dos consumidores, preço e qualidade do produto final. Nos países desenvolvidos, onde a população tem, em geral, idade média mais elevada do que no Brasil e pequenas taxas de crescimento demográfico, a expansão do consumo de fumo é limitada, pois o fumante geralmente adquire o hábito quando jovem. Some-se a esses fatores, a evidência de que o consumo *per capita*, nos países desenvolvidos, é bem maior do que o brasileiro. Aqui, o consumo anual *per capita* situava-se pouco acima dos 1.500 cigarros, em 1983, nível bastante reduzido se comparado aos 3.500 cigarros/ano do mercado norte-americano.

Por último, é preciso ressaltar que a legislação brasileira praticamente não impõe limitações à propaganda de produtos de fumo e que as proibições ao ato de fumar em locais públicos não são, de um modo geral, fiscalizadas nem respeitadas.

Na verdade, o principal entrave à expansão mais acelerada do mercado brasileiro (talvez o único entrave, a julgar pelos relatórios anuais das grandes empresas a seus acionistas) reside na carga tributária incidente sobre o preço final do cigarro. Segundo informações divulgadas pela **Associação Brasileira das Indústrias de Fumo (Abifumo)**, a participação dos impostos no preço dos cigarros, oscila entre 72%, em Zâmbia e 87%, na Dinamarca. O Brasil ocupa uma posição intermediária, uma vez que, a incidência de todos os impostos corresponde a 76% do preço final dos cigarros (ver Quadro 06). Note-se que este percentual equivale aos da **Argentina, França** e **Inglaterra.** A exceção, dentre os países escolhidos, fica com o mercado norte-americano, onde os impostos representam apenas 38% do preço dos cigarros. Por outro lado, é preciso lembrar que a legislação tributária brasileira estabelece prazos relativamente dilatados para o recolhimento (em comparação com o prazo médio de recebimento das vendas) dos impostos incidentes sobre as vendas de cigarros, sobretudo para o **IPI.** Com isso, as indústrias podem aplicar no mercado financeiro os recursos correspondentes aos tributos por um período muitas vezes superior a vinte dias, o que, naturalmente, resulta em ganhos financeiros consideráveis. Na verdade, este artifício foi de grande valia, nos últimos anos, quando a margem operacional das indústrias sofreu significativa compressão.

A grande reclamação das empresas que atuam no mercado brasileiro refere-se à decisão do governo federal de aumentar o peso dos impostos justamente no momento em que as vendas de cigarros estavam combalidas pelos efeitos da recessão econômica. De fato, nos últimos anos, tornou-se pública e notória a pretensão governamental de aumentar a arrecadação tributária sobre o comércio de cigarros, através da elevação das alíquotas dos impostos e das correções freqüentes dos preços finais dos cigarros, as quais, em algumas oportunidades, superaram os índices inflacionários.

QUADRO 06 – PAÍSES SELECIONADOS – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS IMPOSTOS NO PREÇO FINAL DOS CIGARROS

PAÍS	PARTICIPAÇÃO (%)
Dinamarca	87
Brasil	76
Argentina	76
França	75
Reino Unido	74
Alemanha	73
Itália	72
Zâmbia	72
Estados Unidos da América	38

FONTE – Abifumo.

A comprovação da assertiva baseia-se nos dados relativos aos seguintes elementos: 1) variação acumulada dos preços das diversas categorias de cigarros, 2) participação percentual dos diversos impostos e 3) parcela do preço final apropriada pelo fabricante e pelo varejista (ver Quadros 07 e 08). No período de janeiro de 1981 a janeiro de 1982, o aumento dos preços de todas as categorias de cigarros superou, por larga margem, a variação dos índices de inflação. Esta tendência persistiu nos primeiros meses de 1982, repercutindo fortemente no consumo de cigarros, segundo informação dos fabricantes. O reajuste seguinte coincidiu, praticamente, com a variação inflacionária e, nos dois anos subseqüentes, os preços foram corrigidos abaixo da inflação (ver Quadro 07).

A participação relativa dos impostos no preço final do cigarro também

QUADRO 07 – BRASIL – EVOLUÇÃO DA TAXA DE VARIAÇÃO DOS PREÇOS AO CONSUMIDOR POR CATEGORIA DE CIGARROS, DO IGP–DI (COL. 2) E DO IPC/RJ NO PERÍODO DE 12 MESES – JANEIRO DE 1981 A JANEIRO DE 1985

CATEGORIA	JAN/81 A JAN/82 (%)	JAN/82 A JAN/83 (%)	JAN/83 A JAN/84 (%)	JAN/84 A JAN/85 (%)
A	161,9	90,9	176,2	189,7
B	170,8	107,7	166,7	172,2
C	200,0	106,7	170,9	183,3
D	175,9	112,5	176,5	168,1
E	165,6	111,8	177,8	180,0
F	179,4	105,3	176,9	181,9
G	176,3	100,0	171,4	170,2
H	168,3	104,5	175,6	171,0
I	155,5	117,4	176,0	173,9
J	170,0	107,4	175,0	172,7
K	175,0	103,0	174,6	173,9
IGP (DI)	94,7	104,9	213,2	224,4[1]
IPC (RJ)	98,4	105,2	180,3	208,8[1]

FONTE – Abifumo.
[1] **Projeção.**

variou no período. Em 1975, quando a *performance* do mercado de cigarros era bastante satisfatória, a soma das alíquotas era pouco superior a 71%. Em 1981, quando as vendas começaram a cair, a parcela arrecadada pelo governo federal já representava 73% do preço final. A partir de então, a participação dos impostos cresceu continuadamente, até atingir 76% em 1984 (ver Quadro 08). Note-se que a redução do **IPI**, em 1984, apenas compensou o aumento da participação do **ICM** no preço final.

Sem dúvida, as indústrias de cigarros foram afetadas, nos anos 80, pela ação governamental, no sentido de aumentar a arrecadação tributária. A parcela do preço final do cigarro apropriada pela indústria caiu de 19%, em 1975, para 15%, em 1984.

O impacto dessas variações obviamente incidiu sobre o consumidor. Premido por aumentos reais do preço do cigarro e pela queda do poder de compra dos salários, o fumante viu-se obrigado a reduzir a quantidade de cigarros que consumia ou a renunciar à qualidade do cigarro escolhido. Essa renúncia, fenômeno conhecido no mercado pela expressão **down trading**, reflete-se, claramente, nas estatísticas de consumo por categoria de cigarros (ver Quadro 09). Em 1980, as marcas de cigarros das categorias **A** a **D** representavam 6,6% do mercado total. Em 1982, esta participação havia aumentado para 11,4% e, em 1984, saltou para 33,1%. Nem mesmo a marca mais vendida no mercado brasileiro resistiu ao **down trading**. Sua participação no mercado, que era 24,2% no último trimestre de 1983, caiu para 22,7% no segundo trimestre de 1984. Em contrapartida, uma marca lançada em abril de 1983, teve tanto sucesso que fez a participação de sua categoria (**C**) saltar de

QUADRO 08 – BRASIL – COMPOSIÇÃO DO PREÇO FINAL DO CIGARRO – 1975 E 1981 A 1984
(em %)

DISCRIMINAÇÃO	1975	1981	JAN/1982	ABR/1982	JUN/1982	MAI/1983	JAN/1984
Governo	71,34	73,16	73,32	74,60	75,19	75,85	75,96
IPI	65,46	66,11	66,11	67,63	67,63	68,42	63,82
demais impostos	5,88	7,05	7,21	6,97	7,56	7,43	12,14
Varejista	9,45	9,29	9,24	9,24	9,24	9,24	9,13
Fabricante	19,21	17,55	17,44	16,16	15,57	14,91	14,91

FONTE – Abifumo.

QUADRO 09 – BRASIL – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS CATEGORIAS DE CIGARRO NO MERCADO – 1982–84

CATEGORIA	MARCA	PARTICIPAÇÃO NO MERCADO (%)		
		1982	1983	1984[1]
A	Imperador, Clássico, Magestic, Elmo	3,9	3,6	4,3 (3,5)
B	Ringo, Gaivota, Cruzeiro	1,0	5,0	3,4 (4,3)
C	Mistura Fina, Master, Mustang, Belmont	1,6	11,1	21,3 (2,0)
D	River KS, Parker, Corcel, Cassino	4,9	6,3	4,1 (8,4)
E	Vila Rica KS, Plaza KS, Monterey KS, Arizona KS, Fio de Ouro 100	21,8	18,7	17,6 (20,2)
F	Wembley, Montblanc KS, Sudan Luxo	0,9	0,4	0,3 (0,6)
G	Continental, Vila Rica KS, Plaza Slims, Monterey 100	16,2	11,4	9,3 (13,7)
H	Hollywood, Mark-ten, Camel	28,9	25,6	23,0 (27,6)
I	Galaxy, Century, Chanceler, Minister, Advance	14,1	11,9	11,3 (13,1)
J	Marlboro Flip Top, Carlton, Shelton 100, Hilton Flip Top	4,6	4,2	3,7 (4,6)
K	Galaxy Slims, St. Moritz, Charm, Benson & Hedges	2,1	1,8	1,7 (2,0)

FONTE – Abifumo.

[1] **Período de janeiro–março. Entre parênteses, participação em igual período do ano anterior.**

1,6%, em 1982, para 17%, no final de 1983.

O fenômeno **down trading,** inicialmente, surpreendeu as próprias empresas de cigarros. Isto porque até 1980, a preferência dos consumidores por cigarros de baixos teores, incluídos na categoria dos mais caros, era acentuada, configurando vendas crescentes. No entanto, o consumidor reagiu às grandes majorações dos preços, alterando a tendência anterior do mercado. Atualmente, porém, as empresas parecem ter contornado este problema, com o lançamento de marcas de baixos teores em categorias de preços menores.

Configuração do mercado externo

A produção dos cigarros mais leves, característicos dos **blends** norte-americanos, experimentou rápida expansão durante a **Segunda Guerra Mundial.** Ao final dos anos 40, o consumo desses cigarros já havia alcançado a maior parte dos mercados da **Europa** e dos **EUA.** A partir daí, a popularização do hábito de fumar esse tipo de cigarros chegou também aos países subdesenvolvidos, principalmente àqueles que se encontravam em processo de industrialização. As altas taxas de expansão da produção industrial, verificadas na maioria dos países em desenvolvimento, fizeram crescer rapidamente o consumo de cigarros, como resultado da expansão da renda *per capita* durante o período de substituição de importações.

A crescente demanda por fumos mais leves (**claros**), na época, estimulou a sua produção em vários países, em particular naqueles em processo de industrialização. O aumento da oferta fez cair os preços do tabaco que, somente a partir do início dos anos

70, voltariam a se recuperar. Os reduzidos estoques mundiais, somados a uma produção praticamente estagnada, principalmente de **fumos claros,** provocaram a elevação das cotações do mercado internacional, estimulando novamente a produção, que cresceu bastante durante o primeiro qüinqüênio da década de 70, alcançando, em 1975, cerca de 5,5 milhões de t. A partir daí, a produção média teve um ligeiro declínio, voltando a expandir-se em 1981 e 1982 (ver Quadro 10). Essa tendência deverá persistir nos próximos anos, embora, em 1983–84, a produção tenha declinado, em virtude da queda verificada no consumo durante o triênio 1981–83, quando os estoques mundiais se acumularam, deprimindo os preços recebidos pelos produtores.

Cabe registrar que, a exemplo do que vem ocorrendo nos últimos anos, a expansão da produção mundial de tabaco deverá ter como base o aumento das safras nos países em desenvolvimento, na medida em que os altos custos da mão-de-obra, nos países desenvolvidos, inviabilizam a política de manutenção dos preços do fumo em folha em níveis compensadores para os produtores locais. Além disso, o aumento contínuo do consumo *per capita* de produtos de tabaco, principalmente os cigarros, na maior parte dos países do **Terceiro Mundo,** induzirá também o aumento das produções locais.

Os **tabacos escuros,** mais fortes do que os **claros,** tiveram sua produção reduzida, no início dos anos 70, em favor dos fumos mais leves, cuja demanda se expandia. As exportações declinaram seguidamente, em conseqüência de um menor consumo de charutos e cigarrilhas. Pode-se acrescentrar, ainda, que os cigarros fabricados com **fumos claros** vêm, ao longo dos últimos anos, penetrando em escala crescente nos mercados dos **cigarros escuros,** reduzindo, assim, a demanda por fumos mais fortes, mesmo naqueles países onde seu consumo era bastante difundido.

QUADRO 10 – FUMO – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO MUNDIAL SEGUNDO AS PRINCIPAIS VARIEDADES – 1970 – 83
(1.000 t)

ANO	FLUE CURED	BURLEY	ORIENTAL	OUTROS	TOTAL
1970	1.787	411	739	1.612	4.549
1971	1.779	394	769	1.536	4.478
1972	1.850	497	765	1.498	4.610
1973	1.999	430	785	1.629	4.843
1974	2.188	495	802	1.689	5.174
1975	2.314	563	...	...	5.369
1976	2.278	582	...	...	5.573
1977	2.258	579	...	...	5.450
1978	2.365	595	...	...	5.616
1979	2.471	562	918	1.436	5.387
1980	2.407	574	877	1.331	5.189
1981	2.974	649	809	1.498	5.930
1982	3.531	756	893	1.591	6.771
1983	3.008	719	900	1.429	6.056

FONTE – The Economist Intelligence Unit Ltd, Foreign Agriculture Circular e Tobacco Situation.

Tendências da demanda

Nos países desenvolvidos, o consumo *per capita* de cigarros vem-se mantendo em torno da média do período 1973–74, em conseqüência das campanhas antifumo. Além disso, dado o elevado nível de renda da população desses países, tudo leva a crer que o consumo de cigarros deve estar próximo ao tolerado pelo organismo do viciado, o que impediria, *a priori,* um crescimento vertical do mercado, isto é, o aumento da média de cigarros/dia pelos atuais fumantes.

As campanhas antitabagistas, cada vez mais intensas nesses países, deverão afetar o mercado apenas no que se refere à expansão do consumo no longo prazo. Sua repercussão no curto prazo tem sido de menor importância, tendo em vista que as indústrias cigarreiras têm demonstrado condições de contorná-la, mediante a produção de artigos menos ofensivos à saúde. No longo prazo, seus efeitos deverão ter reflexos maiores, na medida em que existe uma nova geração sendo educada sob a influência dessas campanhas, na qual, obviamente, estão incluídos os fumantes potenciais. Vale lembrar que dados referentes ao consumo de cigarros em alguns países europeus, como a **Itália** e a **Polônia,** demonstram que os efeitos da proibição da publicidade direta de cigarros em determinados meios de comunicação não tiveram o impacto esperado (ver Quadro 11). Por outro lado, o consumo de cigar-

QUADRO 11 – ITÁLIA – EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE CIGARROS – 1955–1980

ANO	CONSUMO PER CAPITA (Unidade)
1955	1.120
1960	1.280
1965	1.540
1970	1.720
1975	2.120
1980	2.212

FONTE – Abifumo.

NOTA – Em 1962, iniciou-se a proibição da publicidade direta de cigarros nos meios de comunicação.

ros mais leves, com menor teor de nicotina e alcatrão, os chamados **lights**, visando a reduzir os prejuízos causados à saúde, poderá resultar numa queda no consumo global do fumo, já que este tipo de cigarros utiliza menor quantidade de matéria-prima para sua fabricação. Ao mesmo tempo, tem-se elevado o aproveitamento de outras partes do fumo, além da própria folha, com vistas à redução da quantidade de nicotina e alcatrão, assim como do custo da matéria-prima. A isso deve ser acrescentada a queda no consumo de cigarros sem filtro, que utiliza muito mais fumo.

A introdução de técnicas de homogeneização e reconstituição de folhas, reduzindo substancialmente as perdas industriais, atuam no mesmo sentido de redução do consumo de fumo em folha.

Nos países em desenvolvimento, embora a demanda deva continuar-se expandindo em razão da crescente difusão do hábito de fumar e do crescimento da disponibilidade de produtos de tabaco, as taxas de expansão do consumo deverão ser inferiores às obtidas durante os anos 60 e 70, refletindo a queda da renda *per capita* na maior parte desses países, cujas economias ainda não conseguiram superar a atual fase de recessão econômica. No entanto, o potencial de consumo desses produtos, quando comparado com os níveis obtidos nos países desenvolvidos (ver Quadro 12), é relativamente grande. Somem-se a isso diversos fatores, tais como: 1) a liberdade de que desfrutam as principais empresas multinacionais, no que se refere à propaganda e a outras formas de estímulo ao consumo; 2) a quase total ausência de campanhas que se destinem a desestimular o hábito de fumar, para se ter um quadro francamente favorável ao aumento da demanda, apesar da perda de poder aquisitivo das populações desses países. Esta situação pode ser explicada, em parte, pelo padrão cultural das populações e pelo interesse dos governos em que o consumo não seja reduzido, visto serem os tributos arrecadados, nesse segmento do mercado, uma das principais fontes de recursos dessas nações.

QUADRO 12 – PAÍSES SELECIONADOS – CONSUMO PER CAPITA DE CIGARROS – 1980 E 1982

PAÍS	1980 (unidade/habitante)	1982 (unidade/habitante)
EUA	3.582	3.616
Japão	3.373	3.492
Austrália	3.112	3.082
Reino Unido	2.825	2.315
Alemanha Ocidental	2.626	2.175
Itália	2.212	2.305
França	2.091	2.053
Venezuela	2.609	2.193
Argentina	1.959	1.588
Brasil	1.955	1.672

FONTE – Tobacco Research Council e Millbank/Abifumo.

Tendências da produção

A distribuição da produção mundial de fumo passou por profundas modificações, a partir do início da década de 60, em virtude das transformações econômicas que ocorreram na maioria dos países do **Terceiro Mundo.** As elevadas taxas de crescimento dessas economias resultaram num rápido crescimento da produção interna de tabaco, liberando excedentes para o mercado internacional.

O aumento da participação dos países em desenvolvimento no comércio mundial do fumo (em particular dos fumos claros), durante o primeiro qüinqüênio da década de 60, está diretamente ligado à contribuição dada pela **Rodésia** (atual **Zimbábue**). As exportações zimbabuanas de fumo tipo **Flue Cured** respondiam por aproximadamente um terço do total mundial, em meados da década. Em 1965, quando o país declarou-se independente do **Reino Unido,** suas vendas externas de tabaco alcançaram 121 mil t, competindo com os **EUA,** os principais produtores e exportadores, naquela época.

A produção de fumo do **Zimbábue** cresceu firmemente a partir da **Segunda Guerra Mundial,** devido à conjunção de uma série de fatores internos e externos bastante favoráveis, quando o produto tornou-se o principal item da sua pauta de exportações. Suas relações com a **Comunidade Britânica** e as vantagens daí decorrentes, associadas a uma política de comércio com o **Reino Unido,** que privilegiava as vendas bilaterais, fizeram com que as exportações de fumo evoluíssem rapidamente. As sanções comerciais impostas pela **ONU,** em 1966, resultaram, no entanto, num rápido descenso da produção de tabaco, que chegaria em 1968 a apenas 60 mil t, depois de ter atingido seu ponto mais alto em 1964 (130 mil t).

A partir do início da década de 70, a produção do país voltou a crescer, desta vez, porém, a taxas inferiores às verificadas no período anterior. Em 1980, foram colhidas 125 mil t de fumo, a maior safra desde o pico alcançado em 1964. Nos últimos quatro anos, a produção declinou li-

geiramente, em conseqüência da estagnação ocorrida nas exportações mundiais, que se têm mantido praticamente no mesmo patamar desde meados dos anos 70 (ver Gráfico 02).

Releva mostrar que aquele país africano conseguiu, no período citado, aumentar suas exportações de tabaco (maior parte de tipo **Flue Cured**) com base na competitividade dos seus preços e na valorização do dólar, provocando a queda sistemática das vendas norte-americanas no mercado internacional. Além disso, o baixo nível de consumo interno de tabaco em **Zimbábue** tem permitido a liberação de excedentes crescentes para exportação.

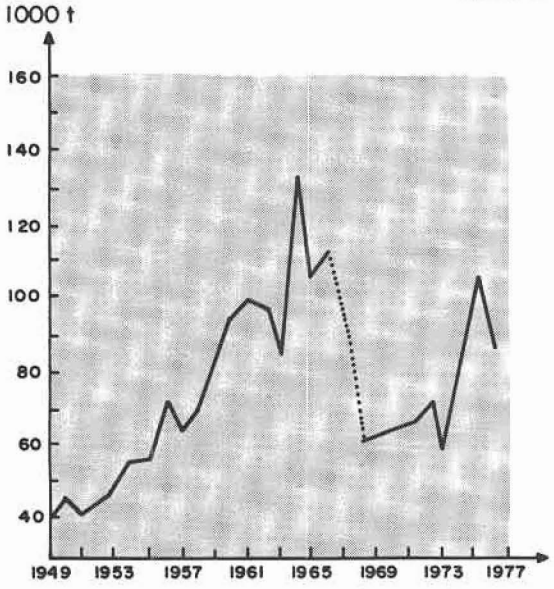
A redução das exportações do **Zimbábue**, após o embargo, abriu a outros países a possibilidade de elevarem suas vendas de fumo no mercado internacional. **Argentina, Brasil, Malauí** e **Tanzânia**, dentre outros, passaram, então, a registrar avanços na produção de fumo tipo **Flue Cured**, para atender à crescente demanda mundial e preencher a brecha deixada pelo **Zimbábue** (ver Gráfico 03).



A evolução da produção de fumo nos principais países produtores (ver Quadro 13) vem confirmar, por outro lado, a importância da expansão dos mercados internos, tendo em vista que a **República Popular da China** e o **Brasil**, por exemplo, quase dobraram suas produções de tabaco no período 1970/83, impulsionados pelo aumento de suas demandas internas e pela abertura do mercado internacional. Os **EUA** que, em 1970, eram os principais produtores, mantiveram estagnada a sua oferta. O alto custo de mão-de-obra, utilizada de modo intensivo pela lavoura de fumo, sendo repassado para os preços, reduz a competitividade do produto norte-americano no mercado externo.

FUMO – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO ZIMBABUANA
1949–1977

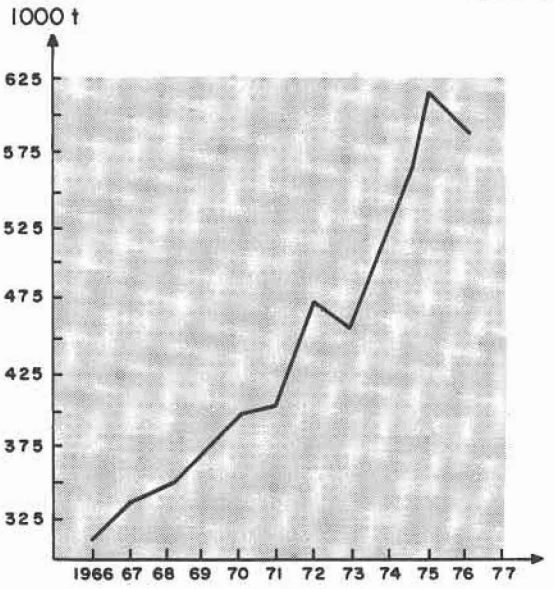
GRÁFICO 02



FONTE– Foreign Agriculture – Vol. XV-Nº 17 – abril/1977
NOTA – Produção do período 1967-71 estimada.
Independência declarada em nov/1965.

FUMO – PRODUÇÃO DO TIPO **FLUE CURED**
EM PAÍSES SELECIONADOS[1] – 1966-77

GRÁFICO 03



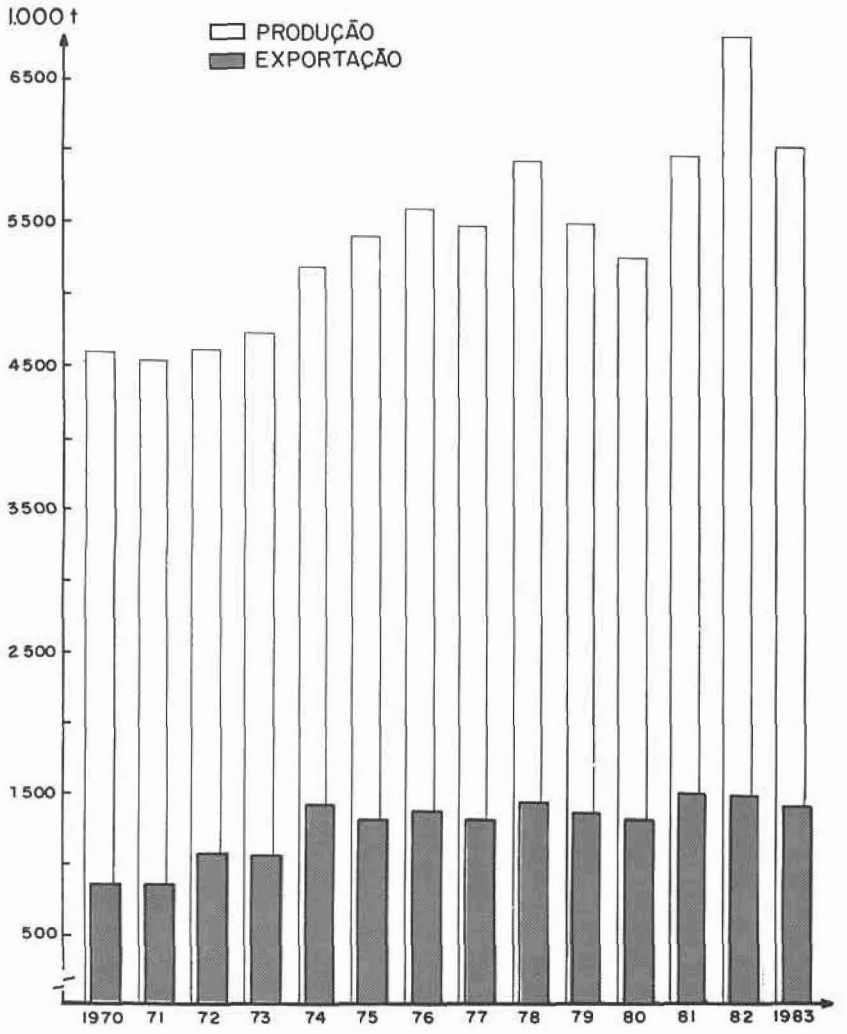
FONTE – Foreign Agriculture – Vol. XV-Nº17 – abril/1977.
1 - Argentina, Brasil, Malauí, Tanzânia, Tailândia e Coréia do Sul

Este fato, associado ao crescimento diminuto do consumo interno de fumo, por certo, influiu bastante no desempenho da lavoura de tabaco nos últimos quinze anos, nos **EUA.** Assim, a participação norte-americana na produção mundial teve um declínio significativo nesse período, quando a **China** passou a ser o principal produtor, seguida dos **EUA, Índia, Brasil** e **URSS.**

A produção mundial ao atingir o pico de 6,7 milhões de t, em 1982, fez crescerem os estoques, na medida em que o consumo se encontrava bastante contraído, em virtude da recessão econômica. As exportações mundiais (ver Gráfico 04 e Quadro 14) declinaram 3,4% naquele ano, sendo que apenas o **Brasil** e a **Itália** conseguiram aumentar suas vendas. **Zimbábue, Turquia, Grécia, Índia** e **EUA** tiveram suas exportações reduzidas em 31%, 20%, 18%, 7% e 2%, respectivamente. As importações mundiais declinaram 6%, sendo que as principais reduções ocorreram na **Alemanha Ocidental, Reino Unido e China.**

FUMO EM FOLHA – PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO MUNDIAL – 1970–83

GRÁFICO 04



FONTE – Foreign Agriculture Circular e Tobacco Outlook and Situation-USDA.

Em 1983, o comércio mundial de tabaco voltou a declinar, em virtude dos grandes estoques existentes no início do ano. Os preços recebidos pelos produtores, na maioria dos países, diminuíram, quando comparados com os preços vigentes em 1982, pressionados pela estocagem excessiva e pela redução ocorrida no consumo de produtos de tabaco.

Em decorrência da queda dos preços do tabaco em 1983, a produção do ano passado deverá ter reduzido na maioria dos países produtores, principalmente no **Brasil, Índia, Malauí, Turquia, Grécia** e **Coréia do Sul.**

Apenas os **EUA,** dentre os principais países produtores, colherão uma safra maior em 1984, refletindo os preços relativamente altos recebidos pelos produtores norte-americanos em 1983. A recuperação verificada na economia dos **EUA,** a partir do primeiro trimestre de 1983, contribuiu para aumentar o consumo de tabaco e seus produtos, principalmente cigarros. Em conseqüência, as importações norte-americanas de fumo em folha para a fabricação de cigarros (em especial os fumos do tipo **Oriental**) cresceram de 87,4 mil t, em 1982, para 104,1 mil t no ano seguinte. As importações de fumo do tipo **Oriental** constituem a quase totalidade das compras desse país, tendo em vista que os fumos dos tipos **Burley** e **Flue Cured** são produzidos em larga escala internamente. Por outro lado, o fortalecimento do dólar frente às principais moedas européias, iniciado há pouco mais de dois anos, fez crescerem as pressões protecionistas no mercado norte-americano, visto que o produto local tornava-se cada vez mais caro para o consumidor estrangeiro. O **Dairy and Tobacco Act,** sancionado em dezembro de 1983, elevou os custos do importador norte-americano, além de modificar os padrões de classificação, abrindo espaço para pressões protecionistas, que visam a dificultar a entrada de tabaco estrangeiro no país.

QUADRO 13 – FUMO – PRODUÇÃO MUNDIAL SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES – 1970–83
(em t)

ANO	EUA	BRASIL	ZIMBÁBUE	CHINA	ÍNDIA	JAPÃO	TURQUIA	ITÁLIA	BULGÁRIA	URSS
1970	866.800	195.954	...	771.115	337.023	150.594	149.687	78.472	...	258.097
1971	776.500	195.955	...	807.856	361.970	148.780	173.728	75.297	...	273.973
1972	795.600	190.964	72.938	840.062	419.123	144.244	181.892	79.833	158.128	234.056
1973	791.000	180.985	55.746	953.914	372.403	157.398	151.501	93.895	141.477	304.817
1974	906.100	225.500	80.000	983.800	462.100	151.300	203.500	92.700	145.000	313.000
1975	994.000	285.600	95.000	959.800	394.800	165.700	208.600	113.400	162.000	298.000
1976	944.800	253.000	103.400	980.000	380.000	165.200	260.200	108.600	167.000	290.000
1977	869.100	310.000	83.000	987.000	418.800	173.200	248.000	109.700	118.000	307.000
1978	919.700	330.000	84.850	975.000	493.600	172.000	292.600	109.700	117.000	282.000
1979	693.320	401.000	114.488	941.000	453.800	153.262	216.585	136.571	161.000	301.000
1980	810.883	350.000	125.050	844.800	438.500	141.393	228.349	125.542	136.000	292.000
1981	936.311	314.000	69.408	1.497.000	480.800	137.710	168.024	130.971	140.500	273.000
1982	899.313	378.000	93.061	2.078.000	525.300	139.351	214.000	143.000	159.000	290.000
1983	748.745	367.000	97.810	1.495.000	500.000	138.200	220.500	140.000	155.000	300.000

FONTE – Tobacco Outlook and Situation e Foreign Agriculture Circular – USDA.

QUADRO 14 – FUMO EM FOLHA – EXPORTAÇÕES SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES – 1970–83
(em t)

ANO	EUA	BRASIL	GRÉCIA	ITÁLIA	BULGÁRIA	MALAUÍ	ZIMBÁBUE	ÍNDIA	TURQUIA
1970	231.479	54.468	63.154	11.116	58.261	19.801	32.000	47.905	74.014
1971	215.105	60.987	59.345	15.121	62.182	24.679	45.000	55.386	84.411
1972	274.962	64.631	74.267	22.493	62.627	27.245	55.000	79.551	124.483
1973	278.075	64.804	45.757	30.572	68.921	30.800	65.000	83.078	108.440
1974	300.896	93.053	67.169	64.542	69.320	30.155	70.000	80.486	112.371
1975	265.100	101.196	50.625	58.861	71.230	32.274	75.000	78.203	65.638
1976	266.389	106.648	55.677	53.444	70.219	36.453	80.000	79.600	75.173
1977	290.420	108.331	52.854	43.100	69.649	45.900	60.000	89.822	61.835
1978	330.853	112.630	69.702	43.915	61.540	41.016	75.871	69.390	77.335
1979	260.357	140.188	55.144	57.613	71.941	54.897	60.341	83.901	69.554
1980	273.477	143.284	70.673	46.450	70.204	63.772	98.977	73.179	83.727
1981	266.104	148.699	87.019	75.810	64.735	40.936	116.552	104.862	130.969
1982	260.700	166.000	71.855	96.904	60.000	50.000	80.028	97.887	104.908
1983	239.390	177.000	81.852	80.078	50.000	60.000	105.000	83.488	69.328
1984	240.000	163.000	86.000	75.000	50.000	55.000	94.500	80.000	85.000

FONTE – Foreign Agriculture Circular – USDA.

PECUÁRIA DE LEITE

O AGRAVAMENTO DA DEFICIÊNCIA ALIMENTAR DAS VACAS NA ENTRESSAFRA PROVOCOU QUEDA ANORMAL DE PRODUÇÃO DE LEITE ENTRE JULHO E OUTUBRO DE 1984. ALIÁS, A BAIXA PRODUTIVIDADE LEITEIRA DEVE-SE, BASICAMENTE, À ALTA DOS PREÇOS DA RAÇÃO, À INFLAÇÃO E, AINDA, AO BAIXO NÍVEL DE INVESTIMENTOS NA PECUÁRIA.

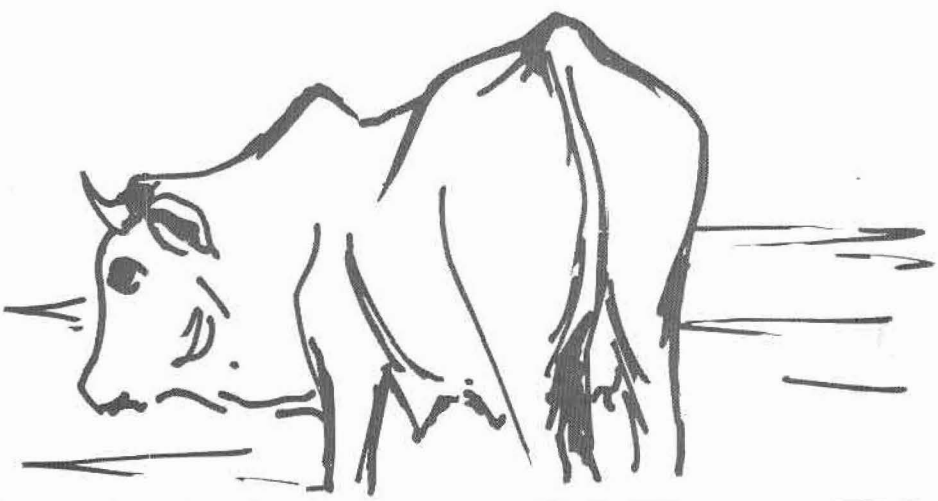
Segundo os dados da **Pesquisa Mensal de Leite**, do **IBGE**, a produção de leite no período de julho a novembro de 1984, ao reduzir-se em 5,8% em relação a igual período de 1983, configurou uma nítida reviravolta em seu desempenho no ano, tendo em vista que a produção do primeiro semestre tinha registrado um crescimento de 10%.

Considerando que o inverno passado não foi dos mais rigorosos, a queda anormal de produção verificada no período só pode ser explicada pelo agravamento da deficiência alimentar das vacas, que, na época da queima de pastos, carecem de ração suplementar para evitar a redução abrupta do rendimento. As causas da não-efetivação desse suprimento alimentar são de dois tipos. O primeiro, conjuntural, refere-se aos preços das rações e de outros fatores de produção, cujos aumentos nos últimos anos superaram notoriamente os reajustes autorizados para o leite e, até mesmo, os índices da inflação. O segundo, de ordem estrutural, diz respeito ao nível de investimentos, sempre abaixo das necessidades requeridas pela atividade, cujo processo de descapitalização, que já era forte nos anos 70 e continua-se intensificando na década atual. A propósito, destaque-se que a descapitalização que se verifica na bovinocultura de leite contribui para a contração do rebanho, revelada pelos **Censos Agropecuários** de 1970 e 1980.

A comprovação dessa tendência é dada, antes de tudo, pelo declínio numérico do rebanho misto (corte e leite), que de cerca de 9 milhões de cabeças, em 1970, caiu para 6,7 milhões, isto é, menos 25,9%, em 1980. A pecuária leiteira também declinou em termos absolutos, atingindo 23,8 milhões de cabeças, ou seja, menos 5,6% do que dez anos antes. A pecuária de corte foi o único segmento que registrou aumento, acentuando a sua preponderância no rebanho. Na verdade, a expansão numérica do gado de corte deu-se em razão das grandes reservas físicas disponíveis nas regiões Norte e Centro-Oeste, cuja ocupação para fins econômicos vem-se acelerando nos últimos qüinqüênios.

Obviamente, a expectativa de ordem econômica que cerca uma atividade criatória, cujos componentes produtivos declinam numericamente, é de haver a especialização do ramo, de modo a se obter crescimento vertical da produção, a fim de continuar atendendo à demanda, que, no Brasil, pelo menos em termos vegetativos, continua crescendo. Diante do exposto, a conclusão óbvia é de que o aumento da produção leiteira, da ordem de 84%, na década de 70, proveio totalmente da melhoria do rendimento das vacas ordenhadas, uma vez que os rebanhos especializado e misto se contraíram no período.

A análise da melhoria do rendimento das vacas ordenhadas, porém, demonstra que o avanço mais significativo deu-se nas regiões Norte (+ 76,5%) e Centro-Oeste (66,8%), onde a produção de leite é inexpressiva. Nas regiões Sudeste e Sul, cujas produções representam 51,1% e 23,3%, respectivamente, do total produzido (11,6 bilhões de litros), em 1980, o aumento da produtividade leiteira foi bem menor, isto é, 39,7% e 34,5%, respectivamente. O avanço no rendimento, evidentemente, é sempre uma função inversa do nível de produtividade considerado como ponde partida, mas no caso brasileiro, as marcas registradas, em 1970, pelas



vacas ordenhadas nas diferentes regiões, podem ser consideradas igualmente baixas. Desse modo, o aperfeiçoamento registrado no período poderia ter sido mais substancial, caso a atividade fosse objeto de maiores investimentos.

". . . a produção de leite no Brasil tem refletido as macroinjunções da economia . . ."

Sabe-se, contudo, que mesmo na fase de expansão da economia, o leite não mereceu a atenção das autoridades governamentais, à semelhança do que ocorreu com os vários alimentos destinados exclusivamente ao abastecimento interno. Assim, sem receber o apoio financeiro adequado, de um lado, e manietada a uma política de preços administrados, de outro, a produção de leite no Brasil tem refletido as macroinjunções da economia, não como produto essencial à cesta básica de alimentos da população, mas pela sua importância nos cálculos dos índices que medem a inflação. A estreiteza desse vínculo tem sido, pois, desastrosa para a sociedade, não só devido ao subaproveitamento do potencial mas, também, à evasão de divisas com a importação de leite em pó, como ocorreu ao longo da década de 70.

Do ponto de vista do pecuarista, a estagnação da produção, característica dos anos 80, em muito se assemelha ao ocorrido no início da década passada, quando a oferta interna regrediu, em virtude da deterioração dos preços no período 1969–73 (ver Quadro 15). Naquela oportunidade, o governo viu-se obrigado, ainda em 1973, a aumentar a importação de leite em pó (para suprir de imediato o mercado) e tomar medidas incentivadoras da produção. Dentre as últimas, foi lançado, na época, o **Programa de Estímulos Técnicos e Financeiros para o Desenvolvimento da Pecuária de Leite** e posta em prática uma política de aumentos reais dos preços para aquele ano e os subseqüentes.

A retomada da produção, que, de fato, se verificou a partir de 1974, adveio principalmente da recuperação dos preços, os quais realmente cresceram até 1975, quando atingiram seu nível mais alto, nos três últimos qüinqüênios. Quanto ao programa de assistência técnica e financeira, logo descontinuado, foi mínima a sua contribuição.

Os preços recebidos pelos produtores, embora tenham declinado após 1975, mantiveram-se em nível satisfatório até 1981, quando iniciaram caminho descendente, aproximando-se do vale registrado no triênio 1970–72 (ver Quadro 15). Desse modo, o que ocorre atualmente com a pecuária leiteira, assolada por um desânimo geral, coincide em muitos aspectos com a que prevalecia há doze anos. A diferença está no fato de que, quando da crise anterior, o governo dispunha de condições de reverter a tendência de queda da produção, mediante injeção de investimentos e aumentos reais do preço do leite. Isto porque naquela fase, a economia em ascensão permitia à população continuar consumindo o produto, mesmo a preços mais elevados. Na atualidade, a implementação dessas medidas afigura-se mais complexa, não só pela escassez de recursos para investir mas, também, pela impraticabilidade de concessão de aumentos reais ao produtor, uma vez que o repasse de preços ao consumidor é bastante difícil, tanto pelo seu reduzido poder de compra como pela repercussão da medida nos índices inflacionários.

Apesar de todos esses obstáculos, é pertinente registrar novamente a importância do leite na cesta de alimentos básicos da população, mormente na conjuntura atual, considerada de transição, quando se fala em pôr em prática programas emergenciais de atendimento às camadas carentes dos grandes centros urbanos. Cabe, também, lembrar que o investimento na distribuição de leite à população infantil, mesmo a fundo perdido, tem compensação garantida, no longo prazo, através de melhor aproveitamento escolar e redução de despesas de assistência médica com cidadãos prematuramente deficientes.

Neste sentido, causa espécie saber que, com toda a vocação e potencialidade de que dispõe para a produção de leite, o Brasil não produz o suficiente para atender a sua população, mantendo-se na incômoda situação de dependente da oferta externa, que aqui chega doada, ou em troca de divisas duramente acumuladas.

QUADRO 15 – BRASIL – EVOLUÇÃO DOS PREÇOS NOMINAL E REAL DO LEITE TIPO ESPECIAL EM NÍVEL DO PRODUTOR – 1969–84

ANO	PREÇO NOMINAL (Cr$/l)	PREÇO REAL[1] (Cr$/l)
1969	0,30	452,00
1970	0,37	475,87
1971	0,45	469,69
1972	0,54	480,39
1973	0,71	549,82
1974	1,11	667,95
1975	1,58	743,51
1976	1,95	649,71
1977	2,87	670,32
1978	3,93	661,79
1979	5,43	595,06
1980	11,46	626,11
1981	24,69	642,67
1982	40,38	537,79
1983	98,97	517,85
1984	282,12	460,42

FONTE – FGV/IBRE/CEA.

[1] Valores corrigidos pelo IGP, Coluna 2, da FGV, para dezembro de 1984.

BATATA-INGLESA

A FORTE INSTABILIDADE DA OFERTA NOS ÚLTIMOS ANOS TEM COMO CAUSAS OS BAIXOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E A SUPERPOSIÇÃO DAS SAFRAS DOS ESTADOS PRODUTORES. PARALELAMENTE, O AUMENTO DESPROPORCIONAL DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO CONTRIBUI PARA A RETRAÇÃO DA ÁREA PLANTADA.

A produção poderá declinar em 1985 ou aproximar-se da quantidade obtida no ano passado (2,2 milhões de t). De acordo com o **Prognóstico da Safra 1984/85 do IBGE**, referente ao mês de novembro, a área plantada e a produção na primeira safra (**safra das águas**) deverão ser, respectivamente, 6,8% e 8,8% inferiores às do ano passado (ver Quadro 16). A retração da área cultivada na **safra das águas** pode ser explicada, em parte, pelos baixos preços recebidos pelos produtores em 1984, em virtude do significativo aumento verificado na oferta. A produção cresceu à elevada taxa de 22%, em 1984, quando comparada à quantidade colhida em 1983 (ver Quadro 17). Mesmo assim, representa um aumento de apenas 3%, quando comparada à produção de 1979. Aliás, durante os últimos seis anos, a produção alcançou três picos, em 1979, 1982 e 1984, obtendo-se a maior safra neste último ano. A menor produção, por outro lado, foi a de 1983, quando se colheu apenas 1,8 milhão de t.

A exemplo do que ocorreu com quase todos os produtos que se destinam ao abastecimento do mercado interno, a forte instabilidade que caracterizou a oferta interna de batata nos últimos anos tem como base os baixos preços médios recebidos pelo agricultor, que, via de regra, não conseguiram sequer igualar as elevadas variações da taxa de inflação dos últimos anos. A superposição das safras dos estados produtores, elevando substancialmente a oferta num determinado período do ano, avilta também os preços, tanto mais que, por ser um produto perecível, torna-se impraticável armazená-lo.

Além dos reduzidos preços recebidos pelos agricultores (ver Gráfico 05), o elevado aumento ocorrido nos custos de produção nos últimos anos igualmente contribuiu para a retração da área plantada. Deve-se destacar que os principais insumos utilizados na lavoura, notadamente a batata-semente (cerca de 50% dos custos de produção) tiveram seus preços reajustados acima dos índices inflacionários, o que reduziu ainda mais os ganhos obtidos pelos produtores. Note-se, ainda, que este cultivo exige uma utilização intensiva de fertilizantes e defensivos, impedindo tentativas de redução dos custos de produção, sob pena de perdas no rendimento físico.



QUADRO 16 – BRASIL – EVOLUÇÃO DA ÁREA PLANTADA ANUALMENTE COM BATATA-INGLESA – 1979 A 1985
(em ha)

DISCRIMINAÇÃO	1979	1980	1981	1982	1983	1984[1]	1985[2]
Safra das águas	121.540	109.996	97.483	107.414	102.328	101.402	94.498
Safra da seca	81.269	71.266	73.782	74.476	65.550	73.861	
TOTAL	204.118	181.084	170.982	182.504	167.878	175.338	

FONTE – IBGE.
[1] **Dados preliminares.**
[2] **Estimativa.**

QUADRO 17 – BRASIL – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO TOTAL ANUAL DE BATATA-INGLESA – 1979 A 1985
(em t)

ANO	1979	1980	1981	1982	1983	1984[1]	1985[2]
Safra das águas	1.263.015	1.136.868	1.079.251	1.276.303	1.037.529	1.233.709	1.123.990
Safra da seca	885.944	810.798	832.038	871.615	780.475	986.904	—
TOTAL	2.154.173	1.939.537	1.912.169	2.154.775	1.818.004	2.220.613	—

FONTE – IBGE.
[1] Dados preliminares.
[2] Estimativa.

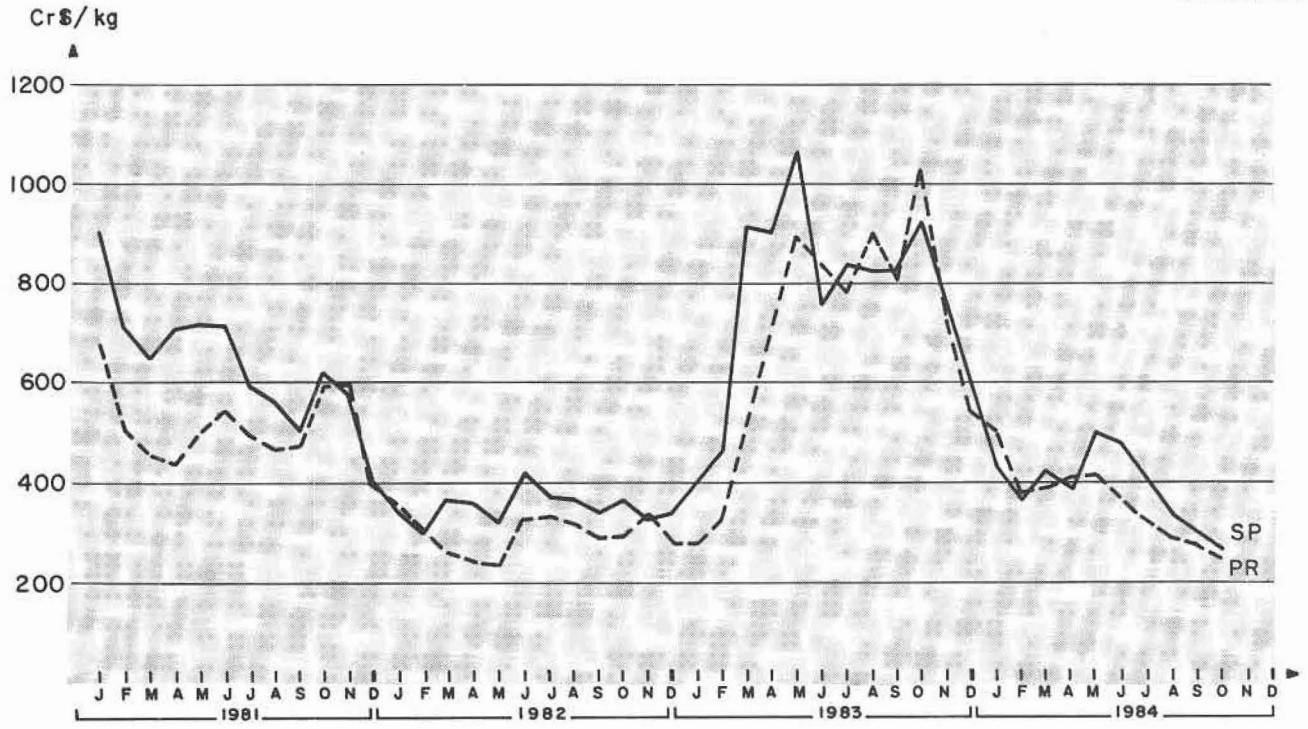
Devido à falta de uma política de preços que atenue as bruscas oscilações das cotações no atacado, os maiores prejudicados são sempre os produtores e consumidores. Isto porque, não raramente, reduziram-se os preços recebidos pelos primeiros e elevaram-se os pagos pelos últimos. Dada a maior oferta, que normalmente ocorre durante os primeiros seis meses do ano (entrada da safra das águas, a maior da duas), os preços praticados pelos diversos agentes de comercialização neste período são bastante inferiores aos vigentes no último semestre.

A sazonalidade da oferta, embora já tenha sido alterada parcialmente, pela menor superposição das safras dos diversos estados produtores, continua causando acentuadas variações nos preços ao longo de um mesmo ano, considerando-se, naturalmente, safras normais, que não tenham sido afetadas severamente por fatores aleatórios.

A não-inclusão da batata na política de preços mínimos do governo, dadas as suas características de produto perecível e, portanto, não compatível com a existência de estoques reguladores, faz com que os preços praticados em nível de produtor os-

BATATA-INGLESA – EVOLUÇÃO DOS PREÇOS REAIS* RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NOS ESTADOS DO PARANÁ E SÃO PAULO
1981–84

GRÁFICO 05



FONTE – FGV/ IBRE/ CEA.
* Preços médios mensais corrigidos para outubro de 1984 pelo IGP-DI (Col. 2) - FGV

cilem bruscamente e, dessa forma, impeçam que o plantio apresente um comportamento mais estável, ou até de expansão. Vale lembrar ainda que, à semelhança das demais lavouras destinadas ao consumo interno, o cultivo da batata se ressentiu, nos últimos anos, da queda ocorrida nos salários reais, o que causou redução considerável na demanda, impedindo que os preços se recuperassem e proporcionassem a expansão da área cultivada.

A retirada do subsídio do trigo, já parcialmente levada a efeito, tornará seus derivados relativamente mais caros. Isto deverá elevar a procura por arroz, batata, milho e mandioca, que podem ser consumidos em substituição às massas, principalmente. Portanto, seria desejável que, quando se retirasse totalmente o subsídio do trigo, houvesse uma maior oferta dos produtos mencionados anteriormente. Desse modo, evitar-se-ia que a dieta de uma parcela ponderável da população (especialmente a urbana) fosse mais uma vez prejudicada.

A expansão da produção de batata depende, entretanto, da solução de sérios problemas. A reduzida oferta de batata-semente de boa qualidade (certificada), a falta de crédito, de assistência técnica e de meios de comercialização são alguns deles. Mais



uma vez, o maior prejudicado é o produtor, por necessitar de uma remuneração capaz de permitir, ao menos, a recuperação dos recursos despendidos na formação da lavouras.

Estrutura de produção

As informações constantes do **Censo Agropecuário de 1980** indicam que 70% da produção provieram de 7% dos produtores informantes, significando que a lavoura é altamente concentrada. Neste sentido, apenas uma parcela reduzida (mais ou menos 25%) produz para o mercado. Destes, uma parte significativa é formada pelos arrendatários, que responderam por 21% da produção do país.

Ainda com base no **Censo**, conclui-se que um dos mais graves obstáculos à expansão da lavoura é a escassez de sementes selecionadas. Apenas 19,3% dos produtores utilizaram este insumo acompanhado de outros produtos, como defensivos, adubos e, em alguns casos, de irrigação. Cerca de 50% dos produtores utilizaram sementes comuns com alguma tecno-

QUADRO 18 – BRASIL – ESTIMATIVA DO BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE BATATA-INGLESA – 1979–84
(em t)

DISCRIMINAÇÃO	1979	1980	1981	1982	1983	1984[1]
Produção	2.154.173	1.939.537	1.912.169	2.154.775	1.818.004	2.220.613
Importação[2]	13.989	33.650	12.736	7.684	5.795	5.000
Exportação	–	–	–	2	–	–
Sementes[3]	306.177	271.626	256.473	272.835	251.817	263.007
Perdas[4]	430.835	387.907	382.434	429.584	363.601	444.123
Consumo aparente	1.431.150	1.313.654	1.285.998	1.460.038	1.208.381	1.518.483

FONTE – Balanço e Disponibilidade Interna de Gêneros Alimentícios de Origem Vegetal 1984 – FGV/IBRE/CEA.

[1] **Dados estimados.**

[2] **As importações são de batata-semente.**

[3] **Considerando-se a relação de 1,5 t de sementes para cada hectare plantado.**

[4] **Considerando-se uma perda de 20% sobre a produção obtida.**

QUADRO 19 – BRASIL – EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA E DA PRODUÇÃO DE BATATA-INGLESA EM ESTADOS SELECIONADOS – SAFRAS 1979 A 1984

ESTADO	1979		1980		1981		1982		1983		1984[1]	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
SP	31.820	520.200	28.520	513.600	29.440	495.600	31.944	573.315	31.060	528.200	31.900	583.400
MG	31.477	404.554	31.887	447.558	33.818	492.188	32.075	542.736	27.487	462.072	33.592	606.437
PR	54.921	615.918	42.630	521.762	39.146	459.375	50.460	598.553	45.004	422.870	40.929	509.673
RS	62.900	417.000	56.139	298.518	47.773	288.494	45.571	244.975	45.917	260.078	48.867	324.299
SC	19.949	172.617	19.823	142.876	18.313	160.819	18.962	160.819	16.010	118.494	17.036	160.692
BRASIL	204.118	2.154.173	181.084	1.939.537	171.213	1.911.289	181.890	2.147.918	167.878	1.818.514	175.338	2.220.614

FONTE – IBGE.

[1] Estimativa referente ao mês de novembro de 1984.

logia. Grande parte de produtores (28%), basicamente aqueles que cultivam para a própria subsistência, utilizaram apenas sementes comuns e, na maior parte dos casos, em cultivo associado. Vale dizer que esses produtores foram responsáveis por apenas 2% da produção no ano censitário.

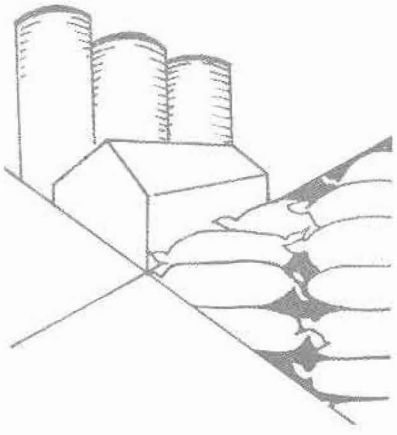
A reduzida produção brasileira de batata-semente vem obrigando o governo a importações sistemáticas, visando a melhorar o rendimento físico da lavoura. Em 1974, foram importadas 23,6 mil t, sendo que, em 1980, a importação chegou a 33,6 mil t (ver Quadro 18), a maior compra feita no exterior. Nos últimos anos, a oferta interna tem aumentado, dentro de um programa de auto-suficiência elaborado em 1979, que visava a elevar a produção de batata e a garantir o abastecimento interno. Seus objetivos, como se pode concluir dos dados relativos à produção, não foram alcançados, tendo em vista que, desde então, apenas a importação de batata-semente foi reduzida. Por outro lado, não se obteve uma expansão da produção, que, ao que tudo indica, ainda não será conseguida nesta safra, seis anos após a implementação do programa. Considerando-se o período de 1979–85, a produção de batata se expandiu em apenas 6,5%, enquanto a população cresceu, no mesmo período, cerca de 16% (ver Quadro 19).



PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

ABASTECIMENTO

As **Portarias nºs 05 e 06,** de 11/01/85, do **MIC,** instituem **Grupos de Trabalhos** junto à **Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Comercial** destinados a debater as análises e proposições relativas à **Comercialização de Alimentos nas regiões Centro-Oeste e Nordeste.** A medida visa a examinar o assunto sob o ponto de vista da vulnerabilidade econômica e social das regiões; sua dependência elevada, em termos de abastecimento de outras regiões; os problemas de transporte, armazenagem e infra-estrutura básica; pontos de estrangulamentos nos canais de comercialização e fatores condicionantes da industrialização das regiões (**Diário Oficial** de 15/01/85).



CAFÉ

A **Resolução nº 45,** de 26/12/84, do **IBC,** estabelece as normas para o registro de exportador de café. Este registro é indispensável para o exercício das atividades comerciais relativas à exportação do produto.

No que se refere ao capital social das empresas interessadas, este deverá ser de, no mínimo, 100 mil **ORTN's.** O mesmo montante se aplica ao patrimônio líquido de cooperativas.

Aos exportadores, que se registrarem no **IBC** a partir da vigência desta **Resolução,** será atribuída, no final do primeiro trimestre após o registro, uma quota fixa com base em normas a serem fixadas pelo **IBC** (**Diário Oficial** de 31/12/84).

A **Portaria nº 001,** de 02/01/85, do **MIC,** fixa as alíquotas para o **Imposto de Exportação** incidente sobre as vendas externas de café verde em grão, ou torrado e moído, descafeinado ou não, registrados no **IBC** a partir de 03/01/85. A base de cálculo para o imposto será o valor do respectivo preço mínimo de registro e a falta de pagamento do imposto poderá implicar em suspensão ou até cancelamento do registro do exportador. O **Ministério da Fazenda** deverá estabelecer a forma de compensação do imposto resultante da aplicação de avisos de garantia emitidos pelo **IBC** tal como previsto no **Decreto-Lei nº 2197,** de 26/12/84 (**Diário Oficial** de 03/01/85). O imposto de exportação, objeto desta **Portaria,** substitui o confisco cambial que incidia sobre as exportações de café.

A **Resolução nº 997,** de 18/01/85, do **Bacen,** estabelece que a determinação do contravalor em cruzeiros da base de cálculo do imposto incidente sobre as exportações de café será feita utilizando a taxa de câmbio fixada pelo **Banco Central do Brasil,** para compra de moeda estrangeira, na data de embarque da mercadoria (**Diário Oficial** de 09/01/85).



A **Resolução nº 01,** de 03/01/85, do **IBC,** fixou os preços mínimos para embarque de café a serem realizados entre 7 de janeiro e 28 de fevereiro de 1985. O preço dos cafés de **tipo 6** para melhor, bebida isenta de de gosto **Rio Zona** é de US$ 1,26/lb

peso, quando embarcados pelo porto de Santos, e US$ 1,25/lb peso, quando os embarques forem feitos pelos portos de Paranaguá, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Ilhéus e Recife. Os cafés do **tipo 7** para melhor, bebida **Rio Zona**, embarcados pelos portos de Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Ilhéus e Recife terão piso de US$ 1,21/lb peso e os do **tipo 7/8** para melhor da variedade **Robusta Conillon**, embarcados pelos mesmos portos, US$ 1,21/lb peso (**Diário Oficial** de 10/01/85).

A **Resolução nº 02**, de 03/01/85, do **IBC**, fixa as alíquotas do **Imposto de Exportação** relativas às declarações de venda registradas no **IBC** para embarque entre 7 de janeiro e 28 de fevereiro de 1985. As alíquotas serão de 31% sobre os preços mínimos de registro vigentes à data de emissão da **Guia de Exportação** para os cafés dos **tipos 6 e 7** para melhor bebida isenta de gosto **Rio Zona** e 34% para aqueles do **tipo 7/8** para melhor, da variedade **Robusta Conillon**. A **Resolução** especifica, ainda, que os ajustamentos de preços de outros incentivos concedidos pelo **IBC** às exportações serão compensados com o valor do **Imposto de Exportação** devido (**Diário Oficial** de 21/01/85).

A **Resolução nº 03**, de 03/01/85, do **IBC**, indica que o câmbio relativo às declarações de venda registradas no **IBC** a partir de 07/01/85, deverá ser contratado no prazo máximo de 10 dias úteis após o embarque (**Diário Oficial** de 10/01/85).

A **Resolução nº 04**, de 07/01/85, do **IBC**, suspende a concessão de registros para novas instalações de indústrias de torrefação e moagem de café (**Diário Oficial** de 10/01/85).

A **Resolução nº 05**, de 08/01/85, do **IBC**, fixa os peços de garantia para compra pelo **IBC** dos cafés da safra 1984/85 e anteriores a vigorar a partir de 02/01/85. Para os arábicos, os preços são Cr$ 257.600/saca do **tipo 6** para melhor isentos de gosto **Rio Zona**; Cr$ 230.600/saca do **tipo 7** para melhor, bebida **Rio Zona**; e para os **Robusta Conillon**, Cr$ 227.000/saca do **tipo 7** para melhor (**Diário Oficial** de 14/01/85).

A **Resolução nº 06**, de 05/01/85, do **IBC** constitui **Comissão de Trabalho** para avaliar e acompanhar a execução de serviços de publicidade e propaganda promocional (**Diário Oficial** de 14/01/85).

A **Resolução nº 7**, de 14/01/85, do **IBC**, fixa em 18% a alíquota do **Imposto de Exportação** sobre exportações de café solúvel da qualidade **Spray Dried** e em 20% sobre aquelas da qualidade **Freeze Dried**. A medida vigora para embarques realizados entre 15 de janeiro e 31 de março de 1985 (**Diário Oficial** de 17/01/85).

A **Resolução nº 08**, de 14/01/85, do **IBC**, fixa o preço mínimo para exportações de café solúvel a serem embarcados entre 15 de janeiro e 31 de março de 1985. Para os da qualidade **Spray Dried** e extrato líquido foi fixado em US$ 3/lb peso e para os da qualidade **Freeze Dried**, US$ 3,65/lb peso.

CRÉDITO RURAL

A **Circular nº 908**, de 28/12/84, do **Bacen**, informa que o **Conselho Monetário Nacional** permitiu a negociação entre instituições de crédito e mutuários dos valores das sanções financeiras relativas a financiamentos rurais ou agroindustriais, mesmo no caso daquelas sanções aplicadas por ordem do **Banco Central do Brasil**. Isto não isenta, entretanto, os agentes financeiros de cumprirem as normas dos **Manuais de Crédito Rural** e **Agroindustrial**, que prevêem o recolhimento do valor das sanções nos casos de operações de repasse ou refinanciamento, independentemente de ter ou não havido pagamento por parte do mutuário. A medida visa



a contribuir para a amortização das dívidas dos mutuários (**Diário Oficial** de 31/12/84).

A **Carta Circular nº 1161**, de 07/01/85, do **Bacen**, comunica que é possível desvincular do **Proagro** a parcela de recursos próprios enquadrada, quando se recorrer a crédito complementar equivalente. Não haverá, entretanto, devolução do adicional já cobrado pelo enquadramento dos recursos próprios, ao tempo em que será exigido adicional para o crédito complementar (**Diário Oficial** de 09/01/85).

A **Carta Circular nº 1165**, de 09/01/85, do **Bacen**, fixa valores básicos de custeio para alho, amendoim, batata-semente, feijão, girassol, sorgo e trigo de sequeiro nas **regiões Norte, Centro-Oeste, Sul** e **Sudeste** e os produtos da safra 1985 da **região Nordeste e Território Federal de Roraima.**

A **Carta Circular** informa ainda que o adicional sobre o **Proagro** relativo ao custeio das lavouras de feijão foi elevado de 1% para 2% (**Diário Oficial** de 11/01/85).

IMPORTAÇÕES

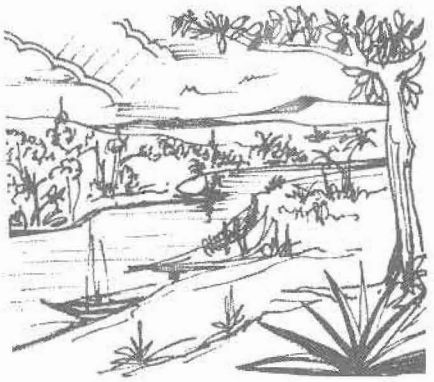
A **Resolução nº 996,** de 08/01/85, do **Bacen,** reduz para zero a alíquota do **IOF** incidente na liquidação de operações de **Câmbio** em pagamento de importações de arroz partido, exceto quirera, quando originárias de países membros da **Aladi** (**Diário Oficial** de 09/01/85).

A **Resolução nº 05.0728,** de 28/11/84, da **CPA** prorroga até 31/12/85 o prazo de vigência da insenção do **Imposto de Importação** de carnes bovinas concedida em julho de 1984 (**Diário Oficial** de 16/01/85).

MEIO AMBIENTE

O **Decreto nº 90.791,** de 09/01/85, declara como de relevante interesse ecológico região localizada no **Município de Cosmópolis-SP,** e denominada **Matão de Cosmópolis.** A medida visa à proteção de biota nativa, bastante rara na região.

O **Decreto nº 90.792,** de 09/01/85, declara de relevante interesse ecológico área localizada no **Município de Volta Redonda** e denominada **Floresta de Cicuta** (**Diário Oficial** de 10/01/85).



OLERICULTURA

A **Portaria nº 11,** de 07/01/85, do **Ministério da Agricultura,** estabelece procedimentos e padrões nacionais para a produção, transporte, distribuição e comércio de sementes fiscalizadas de abóbora, abobrinha, agrião, alface, berinjela, cebola, cenoura, coentro, couve-flor, ervilha, jiló, morango, pepino, pimenta, pimentão, quiabo, tomate, vagem e repolho (**Diário Oficial** de 09/01/85).

TRIGO

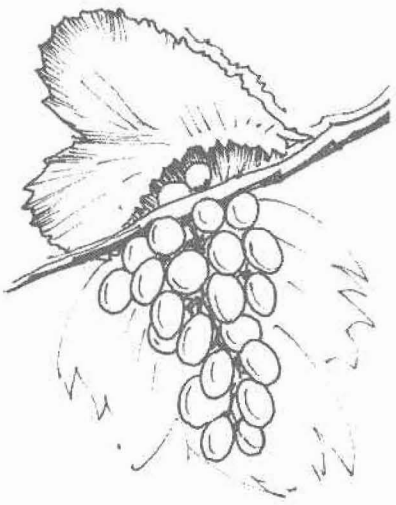
A **Portaria nº 99,** de 31/12/84, da **Sunab,** fixa em Cr$ 728.589/t o preço de aquisição para o triticale e o trigo de produção nacional, da safra 1984, a vigorar em janeiro de 1985. O preço refere-se a produto com **PH 78** (**Diário Oficial** de 04/01/85).

A **Portaria nº 01,** de 07/01/85, da **Sunab,** define normas de cadastramento e fiscalização das unidades moageiras do tipo **Colonial** (**Diário Oficial** de 08/01/85).

VITIVINICULTURA

A **Lei nº 7298,** de 28/12/84, autoriza o **Poder Executivo** a criar o **Conselho Nacional de Vitivinicultura** (**Diário Oficial** de 03/01/85).

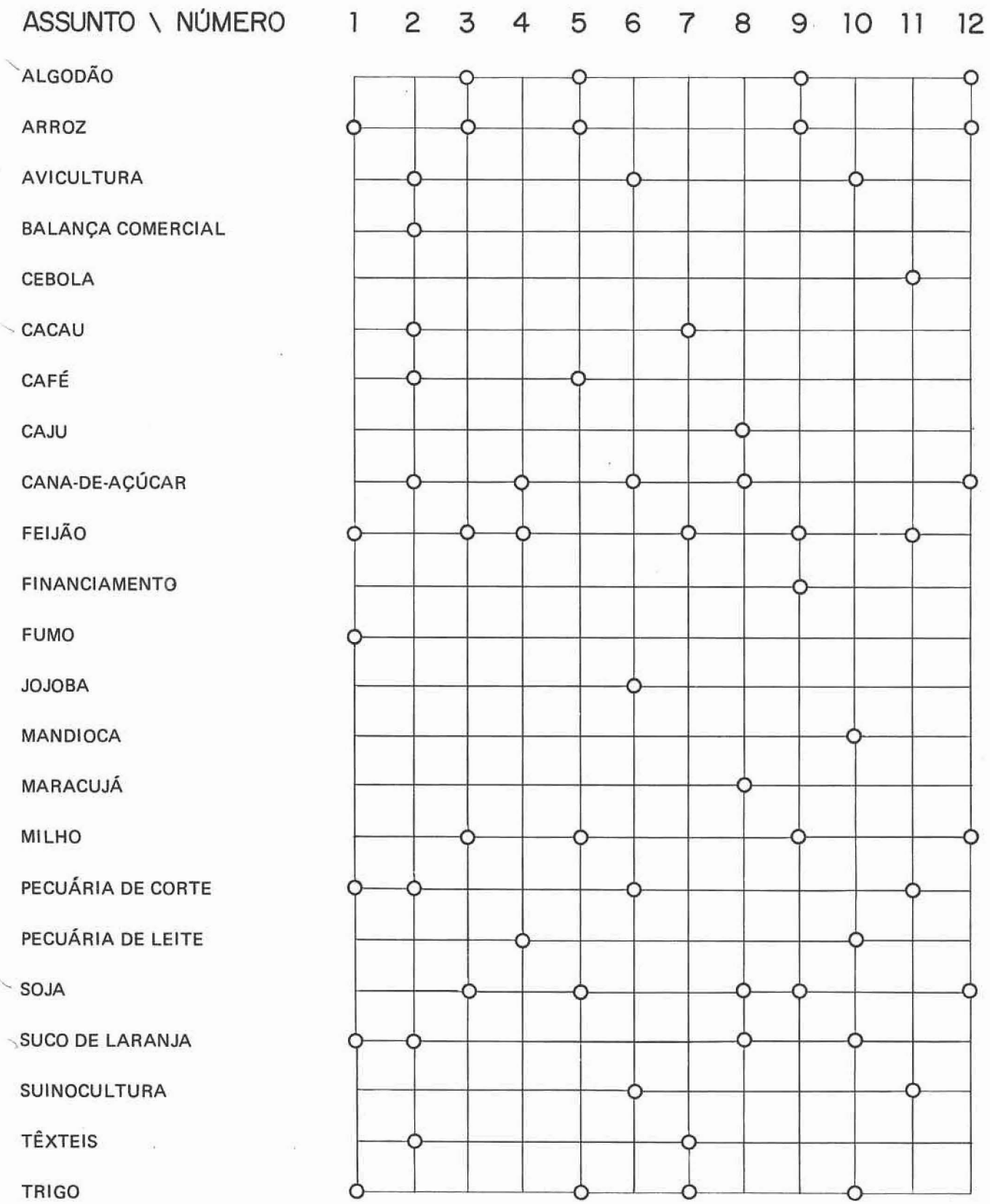
O **Conavin** deverá formular e coordenar a política nacional de uva, vinhos e derivados, elaborando o **Plano Nacional de Vitivinicultura.**



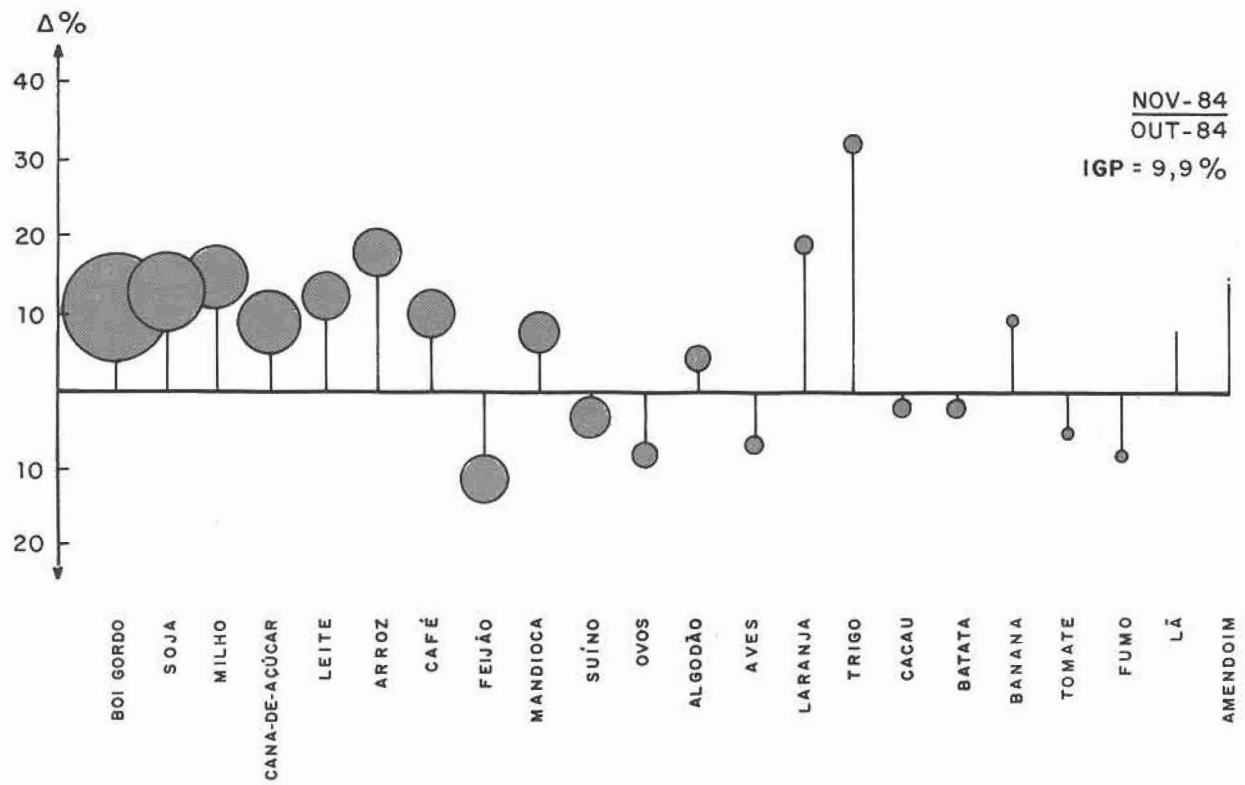
Dentre as várias atribuições fixadas pela Lei, o **Conavin** terá as de fixar, no período de agosto a dezembro de cada ano, os preços mínimos de uva para a safra seguinte, reajustáveis em fevereiro, de acordo com a variação da **ORTN;** propor à **CFP** as normas para financiamento, garantia e aquisição de safra e estabelecer um sistema de seguro para a produção de uva através de fundo próprio. Em relação ao vinho, o **Conavin** deverá instituir um sistema de identificação e controle de vinhos e derivados, por região de origem e padrão específico de qualidade, caracterizando as aptidões ecológicas típicas ou diferenciais.

O **Conavin** será integrado pelo **Ministro** da **Agricultura** (Presidente); **Ministro da Indústria e Comércio; Ministro Chefe da Seplan; Presidente do Bacen; Presidente do Banco do Brasil; Presidente da CFP; Presidente da Embrapa;** representante de cada um dos três estados com maior produção de uvas, vinhos e derivados; um representante das **Confederações Nacionais da Agricultura, da Indústria, do Comércio** e **dos Trabalhadores na Agricultura,** na **Indústria** e **no Comércio;** um representante da **União Brasileira de Vitivinicultura — Uvibra,** da **Federação das Cooperativas do Vinho do RS — Fecovinho** e dos **Sindicatos de Vinhos e Bebidas do Rio Grande do Sul;** podendo ser admitidos ainda outros membros.

AGROANALYSIS – ASSUNTOS ABORDADOS EM 1984



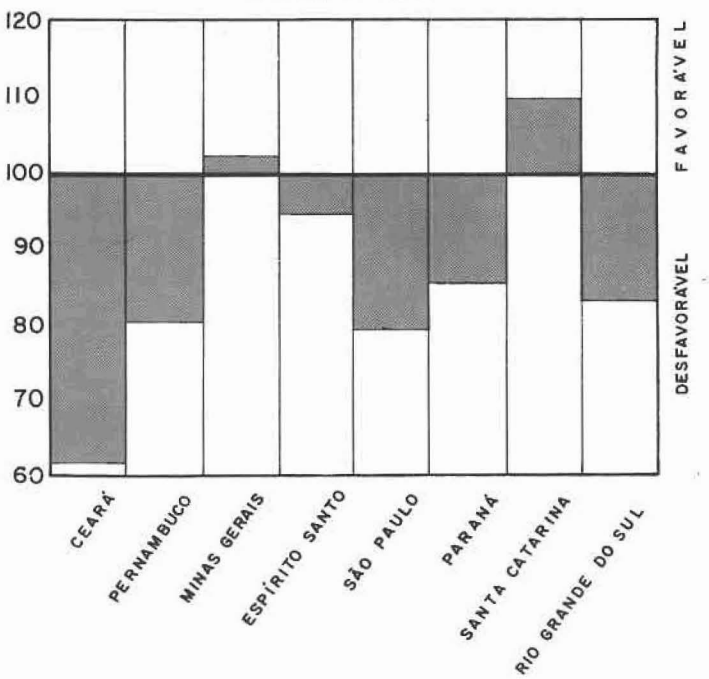
PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.

No gráfico ao lado, está a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, referente a oito unidades da Federação. Os resultados acima de 100 indicam que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais do que os por eles pagos na compra de insumos.

RELAÇÃO DE TROCAS (ÍNDICES DE PREÇOS RECEBIDOS/ ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS – 1970 = 100) EM ESTADOS SELECIONADOS NOVEMBRO 1984



PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de dezembro).
1 — Preço médio um ano antes
2 — Preço médio no mês de dezembro*
3 — Preço médio na última quinzena de dezembro*
4 — Preço médio na última semana de dezembro*
5 — Comportamento dos Preços Futuros
6 — Tendência do mercado
7 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

* futuro — primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	7,84	3,93	3,56	3,31	3,93		4,62		4,95		5,37		5,50	5,71			➡	Mercado internacional apresentando poucas transações físicas, embora as atuais cotações sejam extremamente baixas.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	72,12	66,03	66,20	66,13			66,03		66,92		67,80			68,23		68,35	➡	O **USDA** estimou a safra de 1984/85 em 13,38 milhões de fardos, em dezembro. A projeção das exportações foi também majorada para 6,3 milhões de fardos. Elevado nível da oferta e baixo consumo da fibra nos **EUA.**
CACAU BAHIA US$/tonelada	2.488	2.079	2.057	2.058			2.079		2.091		2.092		2.096			2.053	➡	Espera-se ligeiro aumento na demanda internacional, que deverá ser contrabalançado por uma oferta equilibrada.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US ¢/lb-peso	145,24	139,70	140,54	141,37			139,70		137,65		136,14		134,64			133,26	➡	Estoques elevados em mãos dos torrefadores internacionais.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Nova Iorque.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	337,94	290,33	303,60	339,05			290,33		277,49		281,40		278,21			275,08		Recuperação da demanda interna nos **EUA**, em função do maior arraçoamento dos animais, típico da estação.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	796,30	591,90	586,31	582,08	591,90		605,38		618,18		628,15	629,74	621,81		622,39			Mercado retraído e bom desenvolvimento das safras do Hemisfério Sul.
SOJA FARELO US$/tonelada	217,47	146,91	143,97	142,31	146,91		152,76		158,13		163,12	164,41	165,73	166,69		170,80		Novos ganhos do dólar norte-americano frente às principais moedas dos países desenvolvidos.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	361,61	345,92	344,06	346,03			345,92		340,57		333,54		336,74			347,58		O **USDA** estima que a produção mundial seja de 507 milhões de t, 36% maior do que a de 1983/84. As exportações norte-americanas até final de novembro foram 12% maiores do que no ano anterior.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 — Preço médio de dezembro de 1983, corrigido pelo IGP, Col. 2, para dezembro de 1984.
2 — Preço médio no mês de dezembro
3 — Preço médio na última quinzena de dezembro
4 — Preço médio na última semana de dezembro
5 — Tendência do mercado
6 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6—Sul do BR Cr$/15 kg 1º futuro	118.328	62.000	62.000	62.000	→	Primeiras estimativas da safra 1984/85 do Centro-Sul avaliam a produção em 650 mil t e um aumento de 45% nos plantios paulista e paranaense. Os preços continuarão gravosos próximos ao nível do preço mínimo (Cr$ 28.000/@ ao produtor).
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cr$/sc. 60 kg	59.535	61.000	61.000	61.000	→	O mercado deverá acompanhar a correção mensal do preço mínimo.
CAFÉ Tipo 6 Cr$/sc. 60 kg 1º futuro	299.058	431.978	447.390	460.640	→	Exportações dificultadas pelo atual diferencial entre as cotações externa e interna criam expectativa quanto à ação do **IBC.**
BOI GORDO — Cr$/arroba	59.940	55.000	55.000	55.000	→	Fluxo normal de animais para abate, característico da safra.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP, coluna 2.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cr$/sc. 60 kg	81.000	72.500	72.500	72.000	➡	Ingresso do produto da safra das águas, dos principais estados produtores (São Paulo, Paraná, e Santa Catarina).
FRANGO Vivo Cr$/kg	2.171	1.463	1.479	1.540	↘	Aumento sazonal da demanda e contração da oferta, que encerra o ano em nível 9% inferior ao de 1983.
MILHO Amarelo Semiduro Cr$/60 kg	29.970	22.717	22.750	22.750	➡	Notícias de importação esfriaram o mercado.
SOJA - GRÃO Industrial Cr$/60 kg	52.569	44.081	43.770	43.700	↘	O enfraquecimento das cotações no mercado internacional exerce uma pressão baixista sobre os preços internos.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

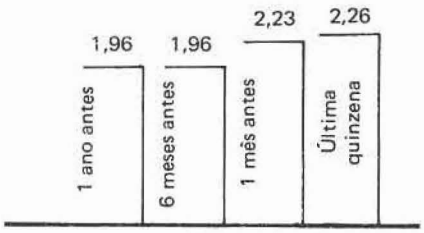
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP, Coluna 2.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (**bushel**).

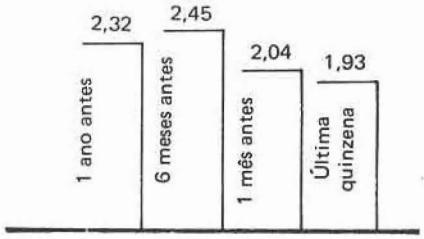
O desempenho favorável da safra do algodão nos **EUA** e a boa *performance* das exportações norte-americanas do produto levaram à estabilidade da cotação na quinzena. No mesmo período, o preço da soja baixou ligeiramente.

Algodão/Soja



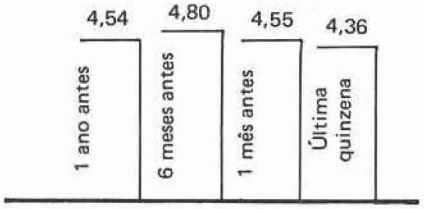
O bom desenvolvimento da safra de soja no Hemisfério Sul contribuiu para frear a alta dos preços, ocasionada pelo aumento da demanda por farelo derivado da onda de frio que assola a **Europa, URSS** e **América do Norte.** Em conseqüência, o preço relativo soja/milho na quinzena foi inferior ao da média do mês, tendo em vista o aumento de 4,6% registrado na cotação do milho no período.

Soja/Milho



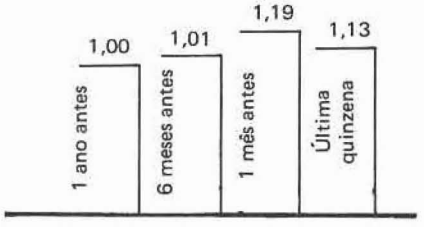
Ao divulgar a previsão de que a demanda norte-americana de milho no presente ano deverá crescer 7%, o **USDA** favoreceu a recuperação do preço do cereal na quinzena, que, mesmo assim, ainda é 13% menor do que o valor de há seis meses.

Algodão/Milho



A cotação do trigo mantém-se estagnada pois, à previsão de aumento da produção mundial, alia-se a expectativa de crescimento das exportações em 1985, a despeito da maior força do dólar norte-americano.

Trigo/Milho

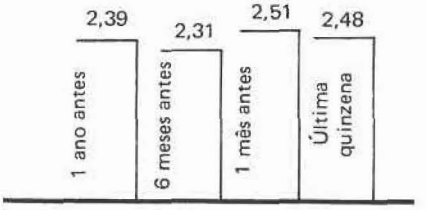


FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS · MERCADO INTERNO

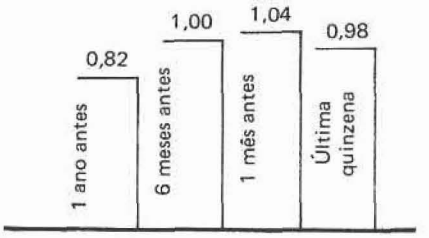
A estabilidade do preço do boi gordo durante a quinzena foi acompanhada de elevação marginal no preço do frango vivo, fazendo decrescer o preço relativo. Ambos os mercados ressentem-se da falta de poder de compra da população, a despeito de tratar-se de época tradicional de elevação dos preços dos gêneros alimentícios, em razão do pagamento do 13º salário.

Boi Gordo/Frango Vivo



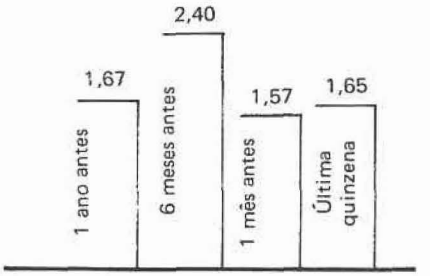
A elevação de 6,7% do preço da ração para ave de corte, na segunda metade de dezembro, deveu-se ao repasse efetuado pelas indústrias do aumento observado nos preços de algumas matérias-primas. Desceu abaixo da unidade, em conseqüência, o preço relativo frango/ração, na quinzena, que, no entanto, é superior ao de um ano antes.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



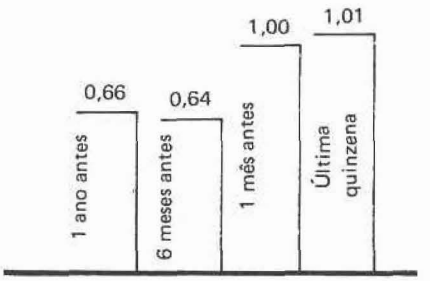
Tanto o preço da soja quanto o do milho mantiveram-se praticamente estagnados ao longo da quinzena, comparativamente à média do mês. Há seis meses, no entanto, a valorização da leguminosa era muito maior: entre junho e dezembro de 1984, seu preço decresceu 11% em termos reais, enquanto o do milho avançou 30%.

Soja/Milho



Inalterado.

Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias — CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Emater's, Cepa's, CFP, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento. Seus resultados, segundo dispositivo legal (Decreto 68.678/71), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** terão aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 20 — LAVOURAS — ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1984, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE NOVEMBRO[1]

ESPECIFICAÇÃO		ÁREA PLANTADA (ha)		PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi		32.212	(3)	642.493
Algodão		3.098.597		2.159.439
Algodão arbóreo		1.424.477		267.037
Algodão herbáceo		1.674.120		1.892.402
Alho		11.807		42.842
Amendoim	(2)	149.827		247.706
Amendoim (1ª safra)	(2)	105.781		185.701
Amendoim (2ª safra)	(2)	44.046		62.005
Arroz		5.352.387		9.018.706
Aveia		116.517		124.546
Banana		402.346	(4)	468.986
Batata-inglesa		175.338		2.220.613
Batata-inglesa (1ª safra)	(2)	101.477		1.233.709
Batata-inglesa (2ª safra)		73.861		986.904
Cacau		586.085		300.261
Café		2.452.366		2.705.556
Cana-de-açúcar		3.840.847		244.650.611
Cebola		67.757		705.408
Centeio		3.857		3.043
Cevada		69.330		68.176
Coco-da-baía		166.359	(3)	538.395
Feijão		5.329.075		2.639.259
Feijão (1ª safra)	(2)	2.826.136		1.411.451
Feijão (2ª safra)		2.502.939		1.227.808
Fumo		285.301		414.733
Guaraná		5.863		834
Juta	(2)	20.880		19.091
Laranja		631.353	(3)	66.641.445
Malva		52.583		51.349
Mamona		412.548		225.039
Mandioca		1.830.723		21.316.034
Milho		12.206.826		21.203.649
Pimenta-do-reino		20.212		41.900
Rami	(2)	4.495		9.625
Sisal		321.410		225.548
Soja		9.413.164		15.577.009
Sorgo granífero	(2)	150.784		300.634
Tomate		49.943		1.747.234
Trigo		1.733.245		1.820.665
Uva		56.960		603.019

FONTE — IBGE.

[1] Dados preliminares, sujeitos a retificações. [2] Área colhida e produção obtida. [3] 1.000 frutos. [4] 1.000 cachos.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 - Caixa Postal 9052 - ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP. 22250 - Rio de Janeiro - RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Renato Correia Paes.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Antonio Ribeiro França Filho, Associação de Bancos de São Paulo, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Porto, Salles/Interamericana de Publicidade S.A. e Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mário Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugênio Gudin, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Luiz Aranha Corrêa do Lago
Grupo de Gerência e Economia da Informação: Moacyr Antonio Fioravante

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais: Maria Alice de Gusmão Veloso
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Angelo Jorge de Souza (Respondendo)

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Processamento de Dados: Eugênio Decourt
Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Caixa Postal 9052
20.000 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL